

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA URBANA

**ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA PARA O
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL. A ATUAÇÃO DA INCOOP
NO JARDIM GONGAZA E ENTORNO, SÃO CARLOS, SP.**

DANILO MALTA FERREIRA

São Carlos
2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA URBANA

**ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA PARA O
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL. A ATUAÇÃO DA INCOOP
NO JARDIM GONGAZA E ENTORNO, SÃO CARLOS, SP.**

DANILO MALTA FERREIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Engenharia Urbana.

Orientação: Prof. Dr Ioshiaqui Shimbo

São Carlos

2010

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

F383es

Ferreira, Danilo Malta.

Economia solidária como estratégia para o desenvolvimento territorial : a atuação da INCOOP no Jardim Gongaza e entorno, São Carlos, SP / Danilo Malta Ferreira. -- São Carlos : UFSCar, 2013.
77 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2010.

1. Planejamento urbano. 2. Economia solidária. 3. Planejamento territorial. 4. Políticas públicas. I. Título.

CDD: 711 (20^a)



FOLHA DE APROVAÇÃO

DANILO MALTA FERREIRA

Dissertação defendida e aprovada em 25 de outubro de 2010
pela Comissão Julgadora

Prof. Dr. Ioshiaqui Shimbo
Orientador (DECiv/UFSCar)

Prof.ª Dr.ª Ana Maria Rodrigues de Carvalho
(Depto. de Psicologia Experimental e do Trabalho/UNESP-Assis)

Prof. Dr. José Francisco
(DECiv/UFSCar)

Prof. Dr. Ricardo Siloto da Silva
Presidente da CPG-EU

*Dedico este trabalho a todas as pessoas
que sonham em ter seus sonhos, um dia,
realizados.*

AGRADECIMENTOS

Gostaria de Agradecer muitas pessoas que contribuíram para realização desta pesquisa

Primeiramente à Deus, pelo dom da vida, pela presença sempre viva em cada dia e pela fidelidade frente as dificuldades;

à minha família pelo constante apoio nos momentos difíceis e compreensão nos momento de minha ausência;

à minha ex-namorada por tudo que ela foi pra mim e pelo que contribuiu para realização deste trabalho;

aos amigos por terem me acompanhado nestes últimos anos, estando próximos ou mais distantes, entre eles amigos da cidade de Franca e da graduação e do grupo de oração universitário;

ao professor Shimbo pela orientação e pelas diversas oportunidades oferecidas para ampliação de meus conhecimentos e início de profissão;

aos membros da Banca de Qualificação, professor José Francisco e professor Falcoski pelas contribuições dadas ao trabalho e por toda atenção dispendida;

aos membros da Banca de Defesa, mais uma vez o professor José Francisco e a Professora Ana Maria por terem se disponibilizado a contribuir com a pesquisa;

à Equipe da INCOOP-UFSCar pelas diversas oportunidades proporcionadas a partir de um trabalho que não dissocia ensino, pesquisa e extensão e que muito contribui para todos aqueles que por esta equipe passam.

RESUMO

Ferreira D. M. **Economia solidária como estratégia para o Desenvolvimento Territorial. A atuação da INCOOP no Jardim Gongaza e entorno, São Carlos, SP.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

São vários os estudos em Economia Solidária (EcoSol) que estão centrados na promoção dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). São estudos de viabilidade econômica, autogestão, qualidade dos serviços oferecidos etc. Contudo, trabalhos que estudam a relação destes EES com os territórios em que estes estão inseridos e a EcoSol como eixo estratégico e articuladora de projetos inter-setoriais existem em menor quantidade. O território formado pelo bairro Jardim Gonzaga e seu entorno, na cidade de São Carlos, é caracterizado como um dos mais precários da cidade e recebe atuação de diversas políticas setoriais. Este território também é alvo, desde 1998, de atividades de incubação de EES e outras ações de fomento a Economia Solidária, tendo a Incubadora Regional de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos (INCOOP/UFSCar) como entidade de fomento a tais atividades. A partir de 2007, a INCOOP passou de uma atuação focada nos EES para uma atuação centrada no território em que os EES se encontram com a perspectiva de consolidá-los, criar novos EES, fomentar outras iniciativas econômicas solidárias e articular projetos e ações inter-setoriais visando à promoção de direitos de cidadania. O presente trabalho tem como objetivo caracterizar e analisar as estratégias gerais da inserção da EcoSol articuladora de projetos e ações inter-setoriais na perspectiva do desenvolvimento territorial. A estratégia de pesquisa utilizada é a observação participante que conta com a participação do autor deste trabalho em atividades que foram desenvolvidas ao mesmo tempo que estavam sendo examinadas como objeto de pesquisa. O caso único estudado consiste em um projeto de Desenvolvimento Territorial (DT) que se encontra em andamento. Através de observação direta, registros de relatórios técnicos da INCOOP, registro de reuniões, foi possível obter evidências das estratégias, condições essenciais e obstáculos da Economia Solidária como eixo estratégico de projetos e ações inter-setoriais. Os resultados obtidos são caracterizações das estratégias gerais implementadas pela INCOOP: 1) Fomento ao protagonismo dos EES; 2) Consolidação de cadeias produtivas e outras iniciativas econômicas solidárias; 3) Articulação com diversos atores do território ou com atuação no território. Entre as estratégias implementadas foi possível identificar obstáculos e limites, a saber: 1) EES fragilizados por conflitos internos; 2) Diferentes graus de compreensão sobre a EcoSol e a relação desta com o DT; 3) Diferentes graus de motivação e expectativas entre os atores envolvidos; entre outros. Conclui-se que é possível a articulação de projetos e ações inter-setoriais através da Economia Solidária na perspectiva do desenvolvimento territorial, no entanto é necessária a maior compreensão e superação dos obstáculos existentes.

Palavras – Chave: Economia Solidária; Desenvolvimento de Território; Políticas Públicas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização da Área Urbana de São Carlos, São Paulo, Brazil.....	40
Figura 2 - Localização do Jardim Gonzaga e entorno em São Carlos.....	40
Figura 3 - Estratégia Geral da INCOOP até 2006: Incubação de EES em diferentes territórios.....	47
Figura 4 - Estratégia Geral da INCOOP de 2007 a 2008: Atuação concentrada em dois territórios, protagonismo dos EES e consolidação de parcerias.....	51
Figura 5 - Estratégias Gerais da INCOOP de 2009 a 2010: Cadeias Produtivas, Redes de EES com perspectiva de melhoria da qualidade de vida.....	56
Figura 6 - Estratégias gerais para articulação com os diferentes segmentos da UFSCar.....	62
Figura 7 - Estratégias gerais para articulação com outras Universidades.....	65
Figura 8 - Estratégias da INCOOP em 2009.....	69

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - EES incubados pela INCOOP e relacionados ao Desenvolvimento Territorial.....	53
Quadro 2 - Ações de EcoSol realizadas conjuntamente entre INCOOP e Secretarias Municipais.....	59

LISTA DE SIGLAS

AIDS – *Acquired immune deficiency syndrome*

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CJ – Centro da Juventude

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CONARESOL – Congresso Nacional de Economia Solidária, Resíduos e Reciclagem

COOLETIVA – Cooperativa de coletadores de materiais recicláveis do Jardim Gonzaga

COOSTURARTE – Cooperativa dos Trabalhadores em Confecções São Carlos

COOPERCOOK – Cooperativa de Prestação de Serviços em Culinária de São Carlos

COOPERLIMP – Cooperativa de Limpeza Jardim Gonzaga Organização

ConsumoSol - Articulação Ética e Solidária Para um Consumo Responsável

DAES – Departamento de Apoio a Economia Solidária

DMA – Departamento de Meio Ambiente

DT – Desenvolvimento Territorial

EcoSol – Economia Solidária

EES – Empreendimentos de Economia Solidária

EESC/USP – Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo

EMEI – Escola Municipal de Ensino Infantil

ENFAC – Encontro de Formadores e Apoiadores de Empreendimentos de Catadores

ERP – Estimativa Rápida Participativa

ESALQ/USP – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo

ESF – Equipe Saúde da Família

EUA – Estados Unidos da América

HABIS/USP - Grupo de Pesquisa Habitação e Sustentabilidade da Universidade de São Paulo

HBB-BID – Programa Habitar Brasil do Interamericano de Desenvolvimento

IDHM – índice de desenvolvimento humano municipal

INCOOP – Incubadora Regional de Cooperativas Populares

ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares

LaFlor/ESALQ – Laboratório de Movelaria e Resíduos Florestais da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”

MADEIRARTE – Marcenaria Coletiva Autogestionária

MCAQ – Micro bacia do córrego do Água Quente

PMC – Projeto Madre Cabrini

PMSC – Prefeitura Municipal de São Carlos

QV – Qualidade de Vida

RECRIART – Grupo RECRIART: reciclando e fazendo arte

SEADE – Sistema Estadual de Análise de Dados

SENAES – Secretaria Nacional Economia Solidária

SMDSCT – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia

SME – Secretaria Municipal de Educação

SMIJ – Secretaria Municipal de Infância e Juventude

SMS – Secretaria Municipal de Saúde

SMTER – Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda

UBP – Unidade de Beneficiamento de Plástico

UBS – Unidade Básica de Saúde

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

USF – Unidade Saúde da Família

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	iv
RESUMO.....	v
LISTA DE FIGURAS.....	vi
LISTA DE QUADROS.....	vii
LISTA DE SIGLAS.....	viii
1. ECONOMIA SOLIDÁRIA, DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: ATUAÇÃO DAS INCUBADORAS UNIVERSITÁRIAS DE COOPERATIVAS POPULARES.....	12
1.1 Estudos e Experiências em Economia Solidária.....	13
<i>1.1.1 Superando alguns Reduccionismos de Visão para Compreensão da Economia Solidária.....</i>	<i>13</i>
<i>1.1.2 Breve Evolução Histórica da Economia Solidária.....</i>	<i>16</i>
<i>1.1.3 Estudos, conceitos e princípios da Economia Solidária.....</i>	<i>18</i>
<i>1.1.4 O Movimento da Economia Solidária no Brasil.....</i>	<i>22</i>
1.2 Desenvolvimento Territorial como uma Alternativas à Globalização.....	23
<i>1.2.1 Evolução do pensamento sobre o Desenvolvimento.....</i>	<i>23</i>
<i>1.2.2 Abordagens de Desenvolvimento com Dinâmica Endógena.....</i>	<i>28</i>
<i>1.2.3 Território e Desenvolvimento Territorial.....</i>	<i>29</i>
1.3 O Papel da Universidade na Consolidação da Economia Solidária.....	31
<i>1.3.1 Evolução da prática e do conceito da Extensão Universitária.....</i>	<i>32</i>
<i>1.3.2 Origem das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares.....</i>	<i>34</i>
2. PERGUNTA, HIPÓTESE, OBJETIVOS, ESTRATÉGIA GERAL DA PESQUISA E PLANEJAMENTO DA COLETA DE DADOS.....	36
2.1 Estratégia Geral da Pesquisa: Perguntas, hipóteses, categorias de análise, classes de variáveis e variáveis	36
2.2 Objetivo geral e específicos.....	37
2.3 Caracterização do Objeto Empírico.....	37
<i>2.3.1 A Incubadora Regional de Cooperativas Populares – INCOOP-UFSCar.....</i>	<i>38</i>
<i>2.3.2 O Bairro Jardim Gonzaga e entorno.....</i>	<i>39</i>
3. ESTRATÉGIAS GERAIS, CONDIÇÕES ESSENCIAIS E OBSTÁCULOS NA ATUAÇÃO DA INCOOP ENTRE 1999 E 2009.....	46
3.1 Atuação da INCOOP entre 1999 e 2006: Centralidade na incubação de EES.....	46
<i>3.1.1 Diretrizes permanentes: Atividades para além da Incubação de EES.....</i>	<i>48</i>
<i>3.1.2 Limites e Obstáculos.....</i>	<i>49</i>

3.2 Mudança de estratégias gerais a partir de 2007: atuação territorial como estratégia para o desenvolvimento local.....	50
3.3 Análise das estratégias gerais de atuação da INCOOP entre 2008 e 2009.....	52
3.3.1 <i>Estratégia geral prevista pela INCOOP: protagonismo dos EES, articulação com parceiros e acesso aos direitos de cidadania.....</i>	<i>52</i>
3.3.2 <i>Estratégias Gerais implementadas.....</i>	<i>57</i>
4. CONCLUSÃO.....	71
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	73

1. ECONOMIA SOLIDÁRIA, DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: ATUAÇÃO DAS INCUBADORAS UNIVERSITÁRIAS DE COOPERATIVAS POPULARES

O início do século XXI tem marcado o avanço de muitos países, entre eles o Brasil, rumo à chamada Globalização. O conceito de Globalização é resultado de transformações complexas que foram ocorrendo ao longo dos últimos séculos. Acontecimentos históricos do advento da globalização datam do final da década de 1970. Desde o consenso de Washington e da adoção de práticas neoliberais pela primeira ministra britânica Margareth Thatcher e pelo presidente dos Estados Unidos da América Ronald Reagan, há em todo o mundo uma reestruturação produtiva e uma desestruturação do mercado de trabalho. Ainda que amplamente hegemônico, se percebe neste início de século certo desgaste do Neoliberalismo, mas que começa a receber contestações crescentes ainda que com movimentações tímidas.

O advento deste sistema e suas respectivas políticas neoliberais ocorrem em uma época (anos 1980 e 1990) em que o Brasil conhece uma de suas maiores crises. Estas duas décadas são caracterizadas por altas taxas de desemprego, índices crescentes de pobreza em vários países capitalistas desenvolvidos e principalmente nos países periféricos (IASKIO, 2007).

O funcionamento do capitalismo globalizado exclui setores que não tem condições de se submeter a sua lógica. O processo de globalização tende a beneficiar os agentes econômicos - indivíduos, classes ou setores – mais competitivos, os capazes de aumentar as oportunidades, principalmente no mercado de trabalho, os aptos a utilizar as instituições e medidas de política e os que dispõem de competências no âmbito dos conhecimentos e da comunicação (HESPANHA, 2005).

Em meio ao sistema capitalista marcado por conceitos e princípios como lucro, alto padrões de consumo, competitividade, cultura do mando, da obediência e da subordinação, individualismo, entre outros é que começa a ressurgir, depois de décadas, iniciativas pautadas por princípios de solidariedade, propriedade coletiva dos meios de produção, cooperação, autogestão, democracia. Estes conceitos constituem o que no Brasil tem-se chamado de Economia Solidária. De acordo com Singer,

“a economia solidária propõe outra organização da produção, à base da propriedade social dos meios de produção. Isso não quer dizer a estatização desta propriedade, mas a sua repartição entre todos os que participam da produção social. O desenvolvimento solidário não propõe a abolição dos mercados, que devem continuar a funcionar, mas sim a sujeição dos mesmos a normas e controles, para que ninguém seja excluído da economia contra a sua vontade”.
(SINGER, 2004 p.12)

França Filho (2007) aponta cinco caminhos possíveis para discussão em Economia Solidária: 1. Discussão conceitual com intuito de avançar na compreensão teórica da temática; 2. Discussão contextual em que se busca analisar a Economia Solidária em meio a sociedade capitalista atual que não é capaz de mitigar problemas como desemprego, exclusão social, pobreza; 3. Estudo de caso em que se parte de experiências concretas com objetivo de compressão de suas dinâmicas específicas; 4. Metodologia de Intervenção em que a Economia Solidária é considerada Tecnologia Social e se pretende alcançar melhorias em produtos e processos com uso da técnica para aumentar graus de sustentabilidade dos Empreendimentos de Economia Solidária (EES), redes como fomento para transformação social e; 5. Política Pública em que se analisam efeitos e resultados alcançados de experiências de Economia Solidária no interior dos vários níveis da estrutura do governo. O item seguinte apresentará a Economia Solidária.

1.1 Estudos e Experiências em Economia Solidária

Há diferentes compreensões, abordagens teóricas e diversas experiências em andamento de EcoSol. Buscando contribuir para a melhor compreensão deste fenômeno contemporâneo será apresentado alguns reducionismos de visão a serem superados, o que se estuda, quais os conceitos e princípios envolvidos. Também será apresentada uma breve evolução histórica da EcoSol seguida de aspectos da EcoSol enquanto movimento social.

1.1.1 Superando alguns Reduccionismos de Visão para Compreensão da Economia Solidária

A compreensão da Economia Solidária enquanto prática econômica pressupõe a desconstrução do entendimento habitual da Economia. Esta é identificada, de forma reducionista, como sinônimo de mercado ou troca mercantil. De acordo com Caillé (2003) a

noção de economia tradicional (ou formalista) de Economia se reduz a todo comportamento que visa economizar recursos raros sempre balizados pelo cálculo de custos feito de forma racional. O mesmo autor apresenta outra noção, chamado-a de substantiva, que afirma ser a Economia

“(...) um processo institucionalizado de interação entre o homem e a natureza que permite um aprovisionamento regular de meios materiais para satisfação de necessidades”. (CAILLÉ, 2003)

Tal definição amplia a noção sobre o conceito que passa a abranger toda a relação do homem com os recursos de diversas naturezas e não apenas o cuidado em reter o escasso mediante a um critério de custo/benefício.

Para a etimologia, a Economia (óikos) é a ciência da boa gestão da casa que vem ao encontro da noção dos economistas clássicos ingleses que entendem a economia política como estudo da produção e distribuição da riqueza material, a ciência que estuda os sistemas econômicos em suma.

França Filho (2007) afirma que economia deve ser entendida como toda forma de produção e distribuição de riqueza e que tais formas variam historicamente. Nesta perspectiva, o autor apresenta a concepção de economia plural que reconhece diferentes princípios do comportamento econômico: mercado; redistribuição; reciprocidade e domesticidade.

Laville (1994) resume estes princípios do comportamento econômico em três formas de economia: 1. Modalidade Mercantil que se dá em função do preço que é auto-regulado pela oferta e pela demanda, propiciando relações mais impessoais e utilitaristas; 2. Não Mercantil em que o Estado que concentra e distribui mantendo assim uma relação verticalizada e; 3. Não Monetário que seria a lógica da dádiva com relações horizontalizadas e contribuidora da perenização dos laços sociais. A Economia Solidária articula estas três formas constituindo outro modo de realização do ato econômico, ao invés do que muitas vezes se compreende, de constituir uma nova economia.

Para França Filho (2007) existem outros reducionismos de visão em relação a diversos conceitos em Economia e que se constituem obstáculos para compreensão da Economia

Solidária. O autor cita os exemplos: a concepção de empresa apenas como empresa mercantil, a própria economia como troca mercantil, política somente na figura do Estado e a ação humana como ação necessariamente interessada.

A empresa entendida apenas como empreendimento mercantil impede a possibilidade de se pensar em empreendimentos sem fins lucrativos e em benefícios de um pequeno grupo. Também se criam dificuldades em conceber formas autogestionárias de condução do empreendimento devido ao padrão hierárquico de gestão. A Economia concebida como mera troca mercantil impede a visão sobre outras possibilidades de produzir e distribuir riquezas como a troca não-monetária e a dádiva, por exemplo. A política apartada da sociedade a coloca com prática exclusiva do Estado. Neste ponto França-Filho afirma que

“(...) as formas de economia solidária podem também ser percebidas como modos de ação pública, isto é, de fazer política no seio da própria sociedade, na medida em que tais iniciativas voltam-se para resolver problemas públicos vividos coletivamente num determinado contexto territorial”. (FRANÇA FILHO, 2007)

Trata-se de uma noção de Economia que não tem um fim em si, mas que está comprometida com finalidades outras da sociedade. Há uma imbricação entre Economia e Política sendo essa realizada no cotidiano das comunidades que fomentam a participação, a conscientização, a politização etc. Por fim, se entende ação utilitária como necessária em certas situações, mas não como motor exclusivo do agir humano.

Buscando contribuir para aumento da compreensão, apresentamos uma breve evolução histórica sobre a Economia Solidária.

1.1.2 Breve Evolução Histórica da Economia Solidária

O fenômeno que a partir da década de 90 tem recebido o nome de Economia Solidária não tem data de nascimento oficial, nem acontecimento histórico fundador. Seus primeiros idealizadores foram os socialistas utópicos (assim chamados por Marx, para diferenciá-los dos socialistas científicos) que lutavam pelo máximo de autonomia comunitária possível. Alguns exemplos destes socialistas são: Saint-Simon, Fourier, Owen, Proudhon, Kropotnik e Landauer. Estes pensadores viveram ao longo do séc. XIX alguns tendo nascido no séc. XVIII e outros vivendo até o séc. XX. Em meados do século XVIII a introdução da máquina nos

processos de produção culminou na Revolução Industrial e Bertucci (2005), afirma que o fato desta Revolução ter ocorrido em meio a uma economia de mercado teria causado efeitos devastadores sobre a Sociedade da época. Nesta mesma época começaram a surgir na Inglaterra e nos EUA comunidades e aldeias cooperativas, mas que, porém são extintas devido ao poder das classes patronais e pela hostilidade do governo. Um exemplo de uma cooperativa daquela época é a cooperativa dos Pioneiros Eqüitativos de Rochedale. Esta cooperativa elaborou uma carta de princípios que inspira práticas cooperativas ainda hoje.

De acordo com Lechat (2002) a antiga economia social europeia passou por diversos momentos durante o séc. XIX: de 1830 a 1840 artesões e operários que se negavam a se tornar proletariados, iniciam a formação de sociedades de socorro-mútuo, balcões de alimentos e cooperativas de produção. Estas pessoas fazem resistência para manter o trabalho que de cooperativo passava a ser concorrencial. A partir de 1848 inicia-se uma forte repressão sobre estas iniciativas. A crise de 1873 a 1895 levou a modernização e grande investimento na agricultura que fez com que pequenos produtores encontrassem soluções de sobrevivência em cooperativas agrícolas e de poupança. Em 1901, na França, associações foram reconhecidas por lei, porém com restrições de serem obrigatoriamente ligadas ao poder público e de não serem monetárias, ou seja, trabalharem a partir da troca.

Devido à depressão que ocorreu entre 1929 e 1932 e após a II Guerra Mundial, o economista Keyne propôs entre outras políticas, que o estado intervisse na economia. Porém antes disso, os operários já haviam constituído uma outra proposta de solução: as cooperativas de consumo e de habitação. Também neste período, a economia caracterizada pela reciprocidade ficou marginalizada frente à expansão dos grandes mercados e pela dominação do estado sobre as formas de associativismo. Para Laville e Roustang (1999) houve uma separação entre economia, sociedade e política.

Mais recentemente, com a crise do sistema capitalista da metade da década de 1970, surgem entre 1977 a 1984 várias iniciativas para tentar salvar ou criar empregos. Segundo Lechat (2002) a partir de 1980 começam a surgir em toda Europa diversas cooperativas de trabalhadores. O surgimento de vários movimentos sociais trouxe novas visões sobre o social, o econômico e o meio-ambiente. Alguns autores percebem que havia algo em comum entre associações e cooperativas de trabalho autogestionárias e que estas participavam de uma

economia de não mercado. Para tanto o termo Economia Social parecia abarcar estes acontecimentos.

Porém, Guélin (1998) já havia colocado que Economia Social já era utilizada para se referir a várias realidades relacionadas ao custo humano pós-Revolução Industrial. Este autor diz que a “Economia Social” do momento era caracterizada por diversos produtores de condições jurídicas diversas, que conta com a participação por vontade própria das pessoas e tem o poder desvinculado da detenção de capital. Então se fazia necessário um novo termo.

O sociólogo e economista chileno Luís Razeto, publicou em 1984 um texto intitulado “Empresas de Trabajadores y Mercado Democrático”. Neste trabalho buscou diferenciar as cooperativas tradicionais existente na época, das novas práticas econômicas que buscavam relações sociais igualitárias no interior e no entorno das cooperativas e também no mercado. O termo Economia Solidária foi pela primeira vez usada para fazer tal distinção. (FERRAZ, 2008)

Diversos são os estudos atualmente realizados sobre EcoSol que buscam caracterizar, analisar e operar seus conceitos e princípios.

1.1.3 Estudos, conceitos e princípios da Economia Solidária

A Economia Solidária tem ganhado maior notoriedade, desde a década de 1990, tanto no meio acadêmico e enquanto movimento social. O Banco de Teses e Dissertações do Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior apresenta em Junho de 2010, 350 trabalhos (68 teses, 259 dissertações e 23 de nível profissionalizante) sobre o tema, ao utilizar como expressão exata “Economia Solidária”. Desde 1998, quando apresentava apenas uma tese, tem aumentado o número de trabalhos por ano sobre o tema, chegando a ter 65 trabalhos no ano de 2009.

Também é vasta a produção do tema em artigos, anais e livros. Entre os autores mais visitados estão Arruda, Bocayuva, Cattani, Coraggio, Dowbor, França Filho, Gaiger, Guerra, Kraychete, Laville, Lisboa, Mance, Nuñez, Razeto, Singer, Souza, Tiriba. No entanto, muitas vezes estes autores utilizam termos correlatos ao invés de Economia Solidária, sobretudo em

outros países. A seguir é apresentado um breve histórico do que atualmente no Brasil tem sido chamado de Economia Solidária.

Após nove anos, Razeto (1993) *apud* Lechat (2002) define Economia Solidária como sendo

“uma formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas (...), que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas”. (RAZETO,1993 *apud* LECHAT 2002)

Laville (1994), defende que a Economia Solidária se constitui como conjunto de atividades econômicas com lógica distinta do mercado capitalista e do estado. Afirma que a Economia Capitalista é centrada no capital, no acúmulo, das relações competitivas e no interesse individual; já o Estado detém uma autoridade centralizada e propriedades institucionalizadas; enquanto que a Economia Solidária está centrada em fatores humanos, na reciprocidade e nas formas coletivas de propriedade.

Já para o secretário nacional de Economia Solidária, o economista, sociólogo e professor brasileiro Paul Singer,

“A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são os possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária de renda. Em outras palavras, mesmo que toda atividade econômica fosse organizada em empreendimentos solidários, sempre haverá necessidade de um poder público com a missão de captar parte dos ganhos acima do considerado socialmente necessário para redistribuir essa receita entre os que ganham abaixo do mínimo considerado indispensável.” (SINGER, 2002)

Das três definições apresentadas, Singer é o único que não define a Economia Solidária apenas como um conjunto de novas práticas econômicas e sim como um outro modo de produção e até certo ponto antagônico ao modelo capitalista hegemônico. Os três autores concordam que se trata de uma racionalidade diferente de economia, mas Laville é quem aponta algumas diferenças frente ao modo de produção Capitalista e a forma de atuação do Estado. Mesmo o Estado tendo uma lógica centralizadora e propriedade não coletiva como defende Laville, Singer demonstra sua importância para a redistribuição de excedentes.

Na literatura sobre EcoSol é possível encontrar descrição sobre seus princípios e valores fundamentais como autogestão, solidariedade, cooperação, participação, democracia, respeito ao meio-ambiente, busca da equidade das relações de gênero, entre outros.

O princípio da autogestão pressupõe que os trabalhadores de um empreendimento tenham a posse dos meios de produção, tenham processo de tomada de decisão democrática, com a busca do consenso e voto (um voto por pessoa) quando houver necessidade, tenham divisão de trabalho mais equilibrada, compartilhamento dos ganhos e das perdas entre outros. Gaiger (2004a) aponta que

“a propriedade coletiva não é um pressuposto básico ou uma garantia de que haja implicação similar dos indivíduos. A chave parece residir no grau de cooperação, na gestão e no trabalho, ainda que o mesmo esteja apoiado em bens de produção e em economias parcialmente individualizadas”. (GAIGER, 2004a)

Em uma empresa capitalista ocorre a Heterogestão caracterizada pela separação da idealização de um determinado trabalho de sua execução. Quem idealiza ou projeta está em uma posição mais alta dentro da hierarquia em detrimento de quem executa. Como contraponto, em uma cooperativa tenta-se colocar em prática o conceito de autogestão. Este conceito não é recente, aparece na literatura sobre organização da produção e sobre relações de trabalho desde o século XIX. Ela ressurgiu no início da década de 1990 quando ocorreu grande número de falências e os trabalhadores sem perspectivas de outro emprego ou de recebimento dos direitos trabalhistas assumem a estrutura física da empresa, continuando a produção.

Segundo Albuquerque (2002), autogestão é

“[...] exercício de poder compartilhado, que qualifica as relações sociais de cooperação entre pessoas e/ou grupos, independente do tipo das estruturas organizativas ou das atividades, por expressarem intencionalmente relações sociais mais horizontais”. (ALBUQUERQUE, 2002)

Já o conceito de Cooperação contrapõe a noção de competição. Ao cooperar um grupo de trabalhadores se associam em torno de objetivos comuns e deixam de competir entre si. No contexto da produção entende-se cooperação como sendo

“um elemento motor de uma nova racionalidade econômica, apta a sustentar os empreendimentos através de resultados materiais efetivos e de ganhos extra-econômicos. Pesquisas empíricas vêm apontando que a cooperação na gestão e no trabalho, no lugar de contrapor-se aos imperativos de eficiência, atua como vetor de racionalização do processo produtivo, com efeitos tangíveis e vantagens reais, comparativamente ao trabalho individual e à competição, entre os assalariados, induzida pela empresa capitalista”. (GAIGER, 2006)

Como se pode ver, assim como a Cooperação, a Autogestão acaba induzindo relações mais igualitárias entre trabalhadores que se associam. Porém, vale salientar que é necessária a mudança de mentalidade por parte do trabalhador que passa de empregado para cooperado.

A Solidariedade é um conceito que pode ser entendido como viés mais caritativo, pressupondo a manutenção da relação entre desiguais, mas que na EcoSol assume carga simbólica e subjetiva se contrapondo ao termo “pejorativo” economia, reconhece as pessoas como iguais e passa a remeter a ideia de co-dependência social. (AMORIM, 2010)

Na Economia Solidária pessoas vitimadas pelo capital se juntam em cooperativas, associações, cooperativas de crédito na tentativa de melhorarem sua qualidade de vida, reintegrar a sociedade por meio do trabalho, competir com empresas capitalistas, fazerem compras e vendas coletivas para obterem economia de escala, juntar suas pequenas poupanças para conseguirem empréstimos a juros baixos e até emprestar pequenas quantias. Neste sentido, Gaiger (2003) afirma que

“as relações de produção dos empreendimentos solidários não são apenas atípicas para o modo de produção capitalista, mas contrárias à forma social de produção assalariada: nesta, o capital emprega o trabalho; naqueles, os trabalhadores empregam o capital.” (GAIGER, 2003)

Estes estudos, conceitos e princípios contribuem para tendência de extrapolação da EcoSol para além da dimensão econômica. Para França Filho (2007) a Economia Solidária tem a vocação de possibilitar a construção conjunta da oferta e demanda. Moradores de um mesmo contexto territorial buscam conjuntamente a resolução de problemas comuns através de iniciativas sócio-econômicas associativas. Produtos e serviços surgem de demandas reais dos moradores locais e se cria um circuito integrado de relações envolvendo produtores e consumidores em uma lógica de rede solidária.

Nesta concepção a o “*laissez-faire*” (Adam Smith, 2010) do mercado auto-regulado perde o sentido assim como a competição devido ao estímulo à livre associação entre produtores e consumidores, constituindo a noção de prosumidores. A regulação ocorre através do debate público em que moradores planejam e decidem sobre a oferta de produtos e serviços em função das demandas efetivas identificadas por eles próprios. Isto caracteriza uma forma inédita de espaço público onde ocorre uma articulação entre as dimensões sócio-econômica e sócio-política e dando a este fenômeno o caráter de um movimento social.

1.1.4 O Movimento da Economia Solidária no Brasil

O movimento de Economia Solidária vem se fortalecendo nestes últimos 15 anos através da organização popular que reúne diversos atores sociais, que podem ser classificados em: EES, gestores públicos e entidades de fomento. (CORTEGOSO e SHIMBO, 2005).

Os Empreendimentos Econômicos Solidários correspondem às diversas formas de organizações econômicas presente na Economia Solidária. A forma mais comum é a cooperativa popular. Todos os formatos têm como princípios: cooperação, autogestão, viabilidade econômica, solidariedade, cidadania entre outros.

Entre os gestores públicos na esfera federal conta com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE) que tem o objetivo de promover diversas atividades de apoio a Economia Solidária em toda nação. Tal secretaria foi constituída no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2003, e desde então tem como secretário o Paul Singer. As esferas estaduais e municipais contam com setores, departamentos ou mesmo secretariais, porém cada localidade de uma forma dependendo do projeto político e da importância dada a Economia Solidária em cada região.

As entidades de fomento são as organizações civis públicas ou privadas, sem fins lucrativos, agências que financiam pesquisa ou que financiam os EES, além das Universidades que têm seu expoente de fomento nas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs). Existem entidades articuladoras da Economia Solidária que são instâncias de articulação política e de representação do movimento da Economia Solidária. Entre elas existe a redes universitárias de ITCPs, grupos de pesquisa em EcoSol e

temas correlatos, centrais de cooperativas, redes de comercialização, feiras e fóruns de Economia Solidária (fórum brasileiro, estaduais, regionais e municipais). (CORTEGOSO E SHIMBO, 2005).

Existem diversos tipos de EES: cooperativas de trabalho que podem ser de produção ou de serviços (as cooperativas constituem a principal forma de EES existente), coletivos informais e associações que não necessariamente mantêm relações comerciais e mais um grande quantidade de outras formas de EES e iniciativas de EcoSol como

“(...) cooperativas de consumo solidário, organizações e grupos de crédito solidário; bancos comunitários, fundos rotativos e cooperativas de crédito; redes de empreendimentos, produtores e consumidores; grupos e clubes de troca solidária e mercados de trocas solidárias com ou sem uso de moeda social; empresas recuperadas pelos trabalhadores em autogestão; cadeias solidárias de produção, comercialização e consumo; centrais de comercialização, iniciativas de comércio justo, organização econômica de comunidades tradicionais (quilombolas, comunidades negras e terreiros de matrizes africanas, povos indígenas, ribeirinhas, seringueiros, pescadores, artesanais e outros extrativistas, dentre outras); cooperativas habitacionais autogestionárias; grupos culturais; agroindústrias familiares, entre outras iniciativas, seja nas áreas urbanas ou no meio rural, respeitando a questão de gênero, raça, etnia e geração”. (GOMES et al 2002)

De acordo com Mance (2005), nas últimas décadas, redes de empreendimento de economia solidária começaram a ser organizadas, articulando atividades de produção, distribuição, financiamento, consumo e desenvolvimento tecnológico superando diversas fragilidades decorrente da atuação isolada de práticas de economia solidária.

“Quando uma rede de EES vai crescendo ela passa a integrar inúmeros produtores e vai completando as partes das cadeias produtivas que ela ainda não integra. Por exemplo. Se um grupo produz macarrão, ele precisa comprar ovos e farinha. Pode ocorrer que na rede não haja produtores desses bens e que esse grupo tenha que comprar esses insumos no mercado capitalista. Entretanto, assim que for possível montar uma nova cooperativa ou microempresa, será dada preferência a montar-se uma granja ou moinho para produzirem-se os ovos ou a farinha de trigo que são usados para fazer o macarrão. Depois se organiza a produção de milho para fazer ração e alimentar as galinhas. E assim sucessivamente, até ir completando as cadeias produtivas”. (Mance, 2000)

Segundo este mesmo autor, as cadeias produtivas compõem todas as etapas realizadas para elaborar, distribuir e comercializar um bem ou serviço até o seu consumo final. Alguns autores incluem também atividades como financiamento, desenvolvimento e publicidade de produto e serviços.

A Economia Solidária vem contribuir para um desenvolvimento solidário que se caracteriza pela existência de comunidades de pequenas firmas associadas ou de cooperativas de trabalhadores. Como acima citado, estas comunidades são conduzidas por princípios de cooperação entre pessoas ou EES e colaborando não apenas para o aumento da qualidade de vida das pessoas isoladamente, mas contribuem para o desenvolvimento da localidade em que estão inseridos.

1.2 Desenvolvimento Territorial como uma Alternativas à Globalização

A globalização enquanto abordagem de desenvolvimento tem crescido e direcionado a ação de pessoas, empresas, governo entre outros atores. Entretanto há um movimento crescente de abordagem do desenvolvimento baseada na valorização da cultura, costumes e produtos locais com destaque à identidade local.

Acredita-se que é possível a promoção do desenvolvimento de certa localidade a partir do próprio local e que comunidades com economia local forte sofrem menos com crises econômico-financeiras mundiais.

Para aumento da compreensão sobre esta abordagem de desenvolvimento, este capítulo buscará apresentar uma conceituação sobre o tema, contexto histórico que culminou com o fomento a abordagens endógenas de desenvolvimento, culminando no desenvolvimento territorial.

1.2.1 Evolução do pensamento sobre o Desenvolvimento

Há nos dias atuais, uma vasta quantidade estudos, artigos, publicações, teses, teorias, posições, enfoques e abordagens sobre o desenvolvimento. Tamanha quantidade de debates sobre o tema chega a inviabilizar o acompanhamento completo, por parte de quem se interessa pelo tema, devido as mais diversas linhas ideológicas existentes.

“O conceito de desenvolvimento já sofreu diversas metamorfoses, e tudo indica que essa capacidade de transformação e de adaptação aos diferentes enfoques é uma de suas principais características, responsável pela sua vitalidade e longevidade como um conceito-chave, ao lado do qual já perfilaram os mais diferentes adjetivos. (SIEDENBERG, 2008 p.160)

O conceito de desenvolvimento anterior a Idade Moderna se referia a um processo de revelação gradual; já se referiu a mudanças seqüenciais que ocorrem em estágio pré-definidos e inevitáveis; no contexto das filosofias progressistas dos séculos XVIII e XIX foi associado à concepção de que é possível moldar um mundo novo melhor através da observação, especulação, experimentação e raciocínio; passou a significar movimento, processo, mudança e libertação com a descoberta de relações entre causa e efeito que foi utilizado para melhorar a qualidade de vida da humanidade (SIEDENBERG, 2008).

Por muito tempo, desenvolver (um lugar, região ou território), ou o próprio termo desenvolvimento significava progredir levando em consideração apenas a dimensão econômica. Ferraz (2008) apresenta algumas das teorias de desenvolvimento econômico¹ que já foram consideradas como padrão de desenvolvimento.

Segundo Boisier (2001), o desenvolvimento é a utopia social por excelência e constitui o “paraíso perdido da humanidade”, a partir do entendimento de que sempre que um grupo social atinge seu estado ideal de desenvolvimento, este estado se eleva para um novo ideal. Entretanto, o termo Desenvolvimento aparece na literatura, na maioria das vezes, como um termo vago e que acompanhado de uma vasta gama de adjetivos, se busca melhor defini-lo ou trazer alguma identidade para o uso ou significado do termo. Alguns exemplos: Desenvolvimento Econômico, Global, Local, Tecnológico, Social etc.

Há um debate na literatura sobre a relação entre crescimento e desenvolvimento. Siedenberg (2008) afirma existir três correntes deste debate: uma que defende que crescimento é sinônimo de desenvolvimento, outra que diz que crescimento é necessário para o desenvolvimento e a terceira que afirma que o crescimento é uma variação quantitativa do produto e da renda, enquanto que desenvolvimento é uma mudança qualitativa do modo de vida das pessoas, das estruturas e das instituições. Este trabalho adota a compreensão desta terceira corrente apresentada.

De acordo com Bassan e Siedenberg (2008), pesquisadores durante muito tempo, entendiam o desenvolvimento apenas como crescimento econômico, ou seja, avanço de uma determinada região do país vinculado apenas com o aumento da produtividade e da renda.

¹ Historicismo; Evolucionismo; Teoria Centro-Periferia; e Ajuste Neoliberal.

Para estes pesquisadores o padrão de desenvolvimento estava vinculado apenas à dimensão econômica.

Bassan e Siedenberg (2008), diferenciam os termos ao afirmarem que para haver desenvolvimento é necessário existir, além do aumento da renda e da produtividade, a inserção de variáveis como educação, saúde, moradia, transporte, lazer etc. Afirmam ainda que pela observação das necessidades que existiam em certos países ou regiões, pesquisadores deixaram de lado a mera análise quantitativa e começaram a enfatizar a análise qualitativa, que significa atentar para o bem-estar da população.

Os autores (Bassan e Siedenberg) afirmam ainda que os países considerados mais desenvolvidos procuram aliar o aumento da renda e da produtividade com o atendimento às necessidades sociais da população. Já os países considerados subdesenvolvidos (ou menos desenvolvidos, em desenvolvimento, emergentes etc.) estão em um estágio em que o crescimento econômico parece ainda ser essencial e o entendem como sinônimo de desenvolvimento. Para eles nem todos percebem (concordam) o fato de que aumentar a renda não significa necessariamente desenvolvimento, já que a má distribuição de renda é um dos fatores que impedem o desenvolvimento.

Crescimento pode ser entendido como aumento de algo enquanto que Desenvolvimento como o crescimento de um conjunto de coisas. Crescimento Econômico significa aumento de renda e de produção. Já o Desenvolvimento Econômico se refere à melhor distribuição de renda, eficiência produtiva, satisfação das necessidades humanas, aumento da qualidade de vida etc. Portanto, é possível concluir que Desenvolvimento é mais amplo que o Crescimento, podendo ser definido como crescimento de um conjunto de fatores de estrutura complexa que é caracterizada pela diversidade das formas econômicas e sociais. (BASSAN e SIEDENBERG, 2008)

Segundo Furtado (1974), apenas mais recentemente, após a II Guerra Mundial, os países mais pobres passam a buscar padrões de vida iguais aos dos países mais ricos, constituindo, segundo Siedenberg (2008) um paradigma de desenvolvimento. É neste período que o termo (desenvolvimento) assume posição de destaque no cenário político e nos trabalhos acadêmicos.

Outros paradigmas dos desenvolvimentos após 1950 são apontados por Siedenberg (2008):

- A **modernização** é um paradigma típico da década de 50 que contava como elementos principais a industrialização, o fomento a exportações e a pólos de desenvolvimento setoriais. Este é um paradigma que ainda leva em consideração apenas a dimensão econômica;
- A **dissociação** ou **desenvolvimento endógeno**, na década de 60, tendo como principal elemento o fomento ao mercado interno a partir de críticas ao paradigma anterior;
- O **equacionamento das necessidades básicas**, na década de 70, devido ao aumento das disparidades regionais e a partir da declaração de Cocoyoc² em 1974. Surgem políticas de erradicação da miséria com enfoque regional (ao invés do setorial) com participação dos envolvidos e estratégias de “baixo para cima”;
- O **ajuste estrutural**, motivado pela crise de endividamento público na década de 1980 em que foram realizadas privatizações, liberalização de mercados e cortes em subsídios públicos para ajustar finanças públicas e controlar a inflação;
- O **desenvolvimento sustentável**, na década de 1990, devido ao alarme dos indicadores de poluição ambientais, se tornando uma idéia estratégica e hegemônica a partir do relatório Brundtland de 1987 e da II Conferência Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92);
- A **governança global**, no final da década de 1990, com a implementação de diretrizes de desenvolvimento sustentável e a partir das tentativas de regulação internacional.

O autor esclarece ser natural o fato das estratégias de certos países não se enquadrarem diretamente nos paradigmas apresentados principalmente quanto aos períodos devido a espaços de tempo entre reflexão teórica, transformação em políticas e observação dos resultados. Muitas vezes os paradigmas são implantados quando já estão sendo contestados.

² Esta declaração re-conceitua formalmente o desenvolvimento afirmando, por exemplo, que desenvolvimento só tem sentido se a pessoas, e não as coisas, desenvolverem.

É válido ressaltar que

“Se por um lado o desenvolvimento social e econômico de determinadas sociedade ou regiões pode ser creditado a uma série de estratégias, políticas e mecanismos implementados com sucesso, por outro lado também, é em boa parte, consequência de uma série de coincidências favoráveis que ocorrem de forma aleatória, desordenada e abundante”. (SIEDENBERG , 2004)

Muitas vezes o Desenvolvimento é concebido por muitos países como meta a ser alcançada a qualquer preço, se esquecendo da reflexão sobre qual modelo de desenvolvimento é adequado, contribuindo para constituir o que Furtado (1974) chamou de Mito do Desenvolvimento Econômico.

Até recentemente, o conceito de espaço como categoria de análise não havia ainda recebido a devida atenção. Sabe-se que o espaço é um fator fundamental nas ciências econômicas e sociais visto que é no lugar que tudo acontece. Assim sendo, o desenvolvimento passa a ter no centro de seu debate, o espaço (FERRAZ, 2008).

Para Santos (2006) o espaço é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistema de ações, sendo que os objetos são artificiais como hidrelétricas, fábricas, estradas, etc. e tem intenção mercantil ou simbólica. As ações são racionais obedecem a fins e meios hegemônicos. As interações entre objetos e ações dependem da carga de ciência e técnica presentes e que objetos condicionam ações que criam novos objetos ou se realiza sobre eles. Desta forma o espaço se transforma e surgem regiões/lugares diferentes.

Alguns autores defendem que a distinção entre local e regional é uma questão de escala. Para os fins deste trabalho entende-se local como espaço de dimensões suficientes para o desenvolvimento da vida, com uma identidade que o distingue de outros locais e no qual as pessoas conduzem sua vida cotidiana. Uma região engloba vários locais e abarcam noções de natureza, aspectos históricos, culturais, econômicos, sociais etc., sendo que não se exclui a possibilidade do local também abarcar algumas destas noções.

As abordagens de Desenvolvimento apresentadas muita das vezes consideram o espaço físico habitado como entidade sem vida ou mero local de acolhimento das iniciativas privadas, em que se distingue uma região de outra comparando vantagens e hierarquizando o espaço e constituindo uma organização espacial baseado no interesse de uma minoria. (Dallabria & Becker, 2008)

Rompendo com estas abordagens, surgem entre as décadas de 1980 e 1990 teorias de Desenvolvimento Endógeno, deixando de enfatizar as hierarquias espaciais, passando a enfatizar dinâmicas organizacionais entre empresas e locais/regiões para criação de recursos locais, como se pode observar no item seguinte. (Dallabrida & Becker, 2008)

1.2.2 Abordagens de Desenvolvimento com Dinâmica Endógena

Buscando contribuir para a melhor compreensão sobre a abordagem endógena de desenvolvimento é válido apresentar a abordagem exógena. Alguns dos paradigmas de desenvolvimento apresentados por Siedenberg (2008) defendem esta abordagem, em que o desenvolvimento é promovido com a vinda de um fator externo a dado local ou região, como por exemplo, com a instalação de uma empresa, com a atuação do governo, com a implantação de grandes projetos.

Nesta perspectiva, locais e regiões são consideradas entidades sem vida e mero espaço de acolhimento das iniciativas empresariais e se faz distinção de um local ou região por outro(a) a partir de vantagens comparativas de localização.

Já a abordagem endógena pode ser entendida como

“um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões.” (Amaral Filho, 1995)

Uma abordagem de Desenvolvimento com dinâmica endógena e que são apresentados neste trabalho são: o Desenvolvimento Regional/Local e o Territorial.

O Desenvolvimento Local e/ou Regional pode ser entendido como Desenvolvimento em que os recursos são gerenciados dentro da localidade ou região e não apenas de fora dela, defendem-se políticas de fortalecimento e qualificação das estruturas internas das localidades e das regiões e se busca dinamização da sociedade e local criando condições para geração de novas atividades produtivas (BAQUERO e BAQUERO, 2002).

De acordo com Dowbor (2007), o termo Desenvolvimento Local e Regional tem sido utilizado majoritariamente de duas formas: a) Usado por empresas capitalista para aumento da

competitividade; b) Usado por segmentos sociais com perspectiva de articulação de produção para distribuição de renda mais equitativa. Este último trata-se da compreensão de Desenvolvimento Local/Regional adotada neste trabalho.

É possível compreender o Desenvolvimento Local e/Regional como um novo paradigma de desenvolvimento, em que comunidades se tornam sujeitos do desenvolvimento, em que se fortalecem espaços locais e se propicia uma nova ordem política democrática onde a comunidade pode tomar decisões sobre seus próprios destinos. Criam-se redes alternativas de comercialização e cooperativas de produção e comercialização.

Para facilitar a compreensão do conceito de Desenvolvimento Territorial é necessário o entendimento sobre o conceito de poder, que será apresentado a seguir.

1.2.3 Território e Desenvolvimento Territorial

De acordo com o Becker (1983), para que o espaço se torne território é necessário que haja um processo de produção do espaço onde este é transformado por redes e fluxos. O território é relacionado ao domínio, apropriação, identidade, pertencimento de uma porção da superfície terrestre, que também é um espaço de exercício de um poder.

No mundo moderno o Poder é predominantemente entendido como algo centralizado no Estado-Nação, como por exemplo o Território Nacional. Neste defendemos a concepção de Território não mais apenas como espaço próprio do Estado-Nação, mas também como possibilidade de exercício de poder dos diferentes atores sociais, podendo haver manifestação do poder de cada um sobre um local ou região. Não se negligencia a importância dos Estados e territórios nacionais, como o fazem a ideologia da globalização e a do localismo estrito. (SANTOS E SILVEIRA, 2003)

Boisier (2001) apresenta três tipos de complexidades crescentes em relação ao conceito de território: território natural, equipado e organizado. Por território natural se entende qualquer recorte em que se podem reconhecer elementos da natureza sem intervenção humana. O território equipado são locais, intervindos pelo homem, em que foram instalados sistemas de transporte, obras diversas, estruturas para atividades produtivas. Por território organizado entende

“la existencia de actividades de mayor complejidad, de sistemas de asentamientos humanos, de redes de transporte, pero sobre todo, de la existencia de una comunidad que se reconoce y que tiene como auto referencia primaria el propio territorio y que está regulada mediante un dispositivo político-administrativo que define las competencias de ese territorio y su ubicación y papel en el ordenamiento jurídico nacional, es decir, un territorio organizado tiene una estructura de administración y, en algunos casos, también de gobierno.” (BOISIER, 2001)

A Abordagem Territorial do Desenvolvimento ou Desenvolvimento Territorial prevê a reestruturação do conjunto de políticas públicas e do sistema de gestão do Estado, a descentralização a partir da democracia participativa, sendo que democracia torna-se sinônimo de local.

Buscam-se a partir de então, novos referenciais para a orientação dos modos de representar, agir e fazer. Há a transformação do território em instrumento, tecnologia, meio de gerar trabalho, renda, novos atores e relações de poder, novas redes sociais baseadas em relações de parceria.

Percebe-se nesta breve exposição de definições sobre desenvolvimento que se tratam de formas alternativas devido ao foco nas particularidades de cada lugar em detrimento do pensamento que pretende globalizar todos os territórios. Tratam-se de processos de desenvolvimento que não têm sua operacionalização imposta, mas têm como protagonista a própria população.

Processos de desenvolvimento que vêm “de cima para baixo” são típicos de países com sistema democrático não efetivo onde se privilegia o capital internacional e o mercado em detrimento da cidadania e de investimentos sociais nacionais. Frente a estas questões surgem canais alternativos de participação política em que se vê a proliferação de ONGs, Organizações da Sociedade Civil e Movimentos Sociais. O papel do cidadão tem sido cada vez mais de participar, discutir, monitorar, avaliar etc.

Entretanto, segundo Baquero e Baquero (2007),

“Constata-se lacunas e deficiências na compreensão sobre quais mecanismos funcionam (ou não) na dinâmica de capacitar cidadãos para uma participação mais protagônica”. (BAQUERO e BAQUERO, 2007)

Estes autores colocam que diversas estratégias estão sendo propostas e utilizadas para ativar forças sociais. São elas: Ação Coletiva, Participação de Base, Desenvolvimento Comunitário, Coesão Comunitária, Competência Comunitária, Empoderamento, entre outras. Todas caracterizadas como conceitos-ferramenta que problematizam o desenvolvimento da cidadania.

O Desenvolvimento Territorial trata-se de uma abordagem não hegemônica de desenvolvimento, defendido neste trabalho como sendo viável através da inserção da EcoSol como outra forma de conceber a produção, comercialização, consumo, distribuição de riqueza centrada na valorização do ser humano. Para tanto diversos atores desenvolvem papel importante para consolidação da EcoSol como estratégia de Desenvolvimento Territorial. Um destes atores é a Universidade, em especial a Universidade Pública que contam com as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares e que serão apresentadas a seguir.

1.3 O Papel da Universidade na Consolidação da Economia Solidária

O debate sobre o papel da Universidade é intenso no país. Diversos estudos com diferentes enfoques tentam contribuir para a construção de consensos em torno do tema ou são mantenedores de diversas controvérsias. A Universidade apresenta objetivos básicos de formação profissional (Ensino), geração de novos conhecimentos (Pesquisa) e disseminação destes (Extensão). Estes objetivos fazem parte de um processo complexo devido à natureza e diversidade do trabalho acadêmico. (SERRANO, 2010)

Em duzentos anos de ensino superior do Brasil houve um esforço de transformar o modelo de produção e transmissão do saber científico, aliando pesquisa e ensino, como decorrência das pressões por democratização do acesso às universidades. Apenas mais recentemente, a extensão surge como elemento do fazer acadêmico em resposta às críticas e pressões vindas de setores sociais, une-se ao ensino e a pesquisa para constituir o princípio da indissociabilidade. (SILVA e SGUISSARDI, 2001)

No entanto, de acordo com Magnani (2002) a extensão é ainda pouco considerada na prática, reflexo da fragilidade da indissociabilidade e também da elitização que acompanha a história da universidade brasileira. No entanto, Moita e Andrade (2005), afirmam que o

debate sobre a indissociabilidade necessita estabelecer uma relação entre o conhecimento científico e o conhecimento produzido culturalmente pelos diferentes grupos que compõem a sociedade em geral.

1.3.1 Evolução da prática e do conceito da Extensão Universitária

Estudos feitos por Serrano (2010) apresentam quatro matizes conceituais da extensão universitária no Brasil que evidenciam a evolução da prática e do conceito de extensão, são elas: 1. Transmissão vertical do conhecimento; 2. A ação voluntária sócio-comunitária; 3. A ação sócio-comunitária institucional e 4. O acadêmico institucional.

A prática pedagógica verticalizada, típica da época originária da universidade, consistia na transmissão autoritária do saber da universidade para membros da sociedade, cuja acessibilidade a estes conhecimentos era restrita a poucos. Apesar de manter uma perspectiva dialética, as escolas gregas apresentavam suas aulas abertas a poucos, e ainda em torno de um conhecimento pouco transformador da realidade. Na Inglaterra medieval, é importante destacar que os cursos ofertados atendiam aos interesses do capital.

A ação voluntária rompe com a prática de extensão verticalizada com experiências com a Igreja através de ações educativas, principalmente jesuítas; com o movimento iluminista e com o movimento estudantil. Estas experiências tinham como objetivo ações filantrópicas; o fomento ao movimento cooperativista; a busca dos ideais de liberdade surgido nas Américas em contraposição ao jugo europeu e o questionamento de práticas dissociadas dos problemas locais e ações pontuais como cursos e palestras. (SERRANO, 2010)

Este voluntarismo avança enquanto tomada de consciência da necessidade de mudança na atuação da universidade, mas ainda não é conscientização que, segundo Freire, é o desenvolvimento crítico da tomada de consciência. Em outras palavras, se faz necessário ainda, ultrapassar a esfera espontânea de apreensão da realidade para atingir a esfera crítica em que realidade se dá como objeto compreensível e o homem se torna dela o seu potencial transformador. (FREIRE, 1980 *apud* DUBEUX, 2007)

A partir de experiência de extensionismo realizada nos Estados Unidos, na Espanha (Oviedo) se inicia um processo de compreensão da extensão universitária como portadora de

uma interface entre o saber produzido no interior das universidades com a cultura da comunidade externa local, ou seja, não mais como um processo de “mão-única”. No Brasil, na década de 1930, ocorre um período de efervescência das experiências de práticas educativas em extensão como salas de leituras, rádio difusão e difusão cultural. Este movimento de ação voluntária sócio-comunitária tem como princípio norteador o diálogo que supera a verticalização e reconhece no outro à capacidade de construir relações com a universidade e com terceiros da localidade e com todo o mundo.

A ação sócio-comunitária institucional presente no país entre os anos 1930 e 1970 consistiu na oferta de cursos e conferências educacionais ou utilitárias para difusão do conhecimento da “universidade que sabe” para a “comunidade que não sabe”. Isto, para Nogueira (2001) estava presente entre os objetivos de tal matiz a propagação dos ideais da classe hegemônica, o que constitui um retrocesso em relação às experiências anteriores, já relatadas. Como contraponto a tal vertente se levanta um movimento de universidades populares e o também movimento estudantil, que passam a ser entendido como risco para o regime militar. Programas de extensão de atuação esporádica e desvinculadas das universidades são criados como proposta do ideal de desenvolvimento e segurança por parte do regime, como, por exemplo, o Projeto Rondon. Alunos são levados para conhecerem parte de realidades e não chegam a estabelecer vínculos mais permanentes com as localidades.

Nos anos 60, na Universidade de Recife, inicia o movimento Extensão Cultural liderado por Paulo Freire. Este movimento de caráter dialógico e emancipador também foi abortado pelo regime militar, mas continuou acontecendo, pois seus seguidores passaram a utilizar terminologia diferenciada, mas com propósitos similares aos de Paulo Freire. As idéias e práticas de Paulo Freire passam a fundamentar as práticas e o conceito de extensão universitária a partir dos anos 1980. Surge a discussão sobre a indissociabilidade e ocorre a desmistificação da extensão como militância política que passa a ser mais relacionada com produção de conhecimento. A extensão passa a ser entendida como via de “mão-dupla” em que ocorre um fluxo de troca entre saberes acadêmicos e populares e a realidade social exige que a extensão tenha caráter interdisciplinar devido a sua complexidade. Toda esta conceituação insere extensão no meio acadêmico atribuindo-lhe um caráter educativo e científico em direção, ainda que inicial, de sua institucionalização.

As experiências e iniciativas baseadas nas atuais políticas de extensão universitária apresentam uma concepção ampliada de responsabilidade social da universidade que valoriza lutas das classes sociais e contribui para construção de uma sociedade menos injusta. (SERRANO, 2010)

Em 1987, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidade Públicas Brasileiras redefiniu a concepção de extensão que em documento oficial passou a ser definida como

“processo educativo que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e que torna viável a relação transformadora entre universidade e sociedade”. (FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADE PÚBLICAS BRASILEIRAS, 1990)

No entanto, se constitui como tarefa mais difícil que a conceituação, o processo de transformação da cultura universitária, pois a extensão na prática continua pontual, volátil e desconectada da realidade social. (DUBEUX, 2007).

A concepção de extensão elaborada pelo Fórum de Pró-reitores é a que exatamente parece influenciar a criação das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares que serão apresentadas a seguir.

1.3.2 Origem das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

O papel da Universidade na consolidação da Economia Solidária como estratégia de Desenvolvimento na abordagem territorial tem como ator importante as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) que surgem em meados da década de 1990.

De acordo com Dubeux (2007), a extensão realizada pelas ITCPs é diferenciada sob vários aspectos como a duração e continuidade no acompanhamento dos grupos e o caráter inovador de produção de tecnologias mais apropriadas para classes sociais mais desfavorecidas. As ITCPs inauguraram uma nova época na universidade brasileira como importante programa de extensão universitária entrelaçado com atividades de ensino e pesquisa.

As incubadoras de base tecnológica influenciaram o surgimento da primeira experiência de ITCP no que se refere à relação com a universidade e com a produção de

inovação. Esta experiência aconteceu na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1995, fruto de uma articulação entre o Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida (criado pelo Sociólogo Betinho), a Fundação Oswaldo Cruz, a Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia (COPPE) da UFRJ, Fundação Banco do Brasil (FBB) e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Por ter surgido em um centro tecnológico de ciências exatas, seria de se esperar que não se encontrassem profissionais capazes de avançar com um projeto de dimensão social como este. No entanto, ocorreu o contrário, devido a alto grau de engajamento em ações sociais por parte do grupo da engenharia de produção da COPPE, ligados à produção de tecnologias alternativas. A equipe envolvida com o início da incubadora, apesar do engajamento político, não detinha conhecimento acerca da gestão de cooperativas e não tinha como recorrer a algum modelo por ser pioneira em incubação de cooperativas populares. Esta equipe criou o primeiro modelo de método de incubação que foi rapidamente difundido e compreendido como ferramenta política necessária à manutenção de experiências como esta.

Em seguida, no âmbito do governo federal, ocorre a criação do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (PRONINC) com intuito de criar ITCPs em outros estados. Atualmente, existem mais de 70 ITCPs que se organizam em duas redes: a Rede de ITCPs e a Fundação UNITRABALHO. O objeto de estudo desta dissertação, uma ITCP que será ainda apresentada, faz parte da Rede de ITCPs. (SERRANO, 2010)

Durante cerca de 10 anos, as ITCPs aperfeiçoaram o chamado método de incubação, contribuindo para consolidação dos EES, para a produção de conhecimento na área e para educação dos diversos atores envolvidos. Entretanto, mais importante é o fato das incubadoras terem ampliado seu escopo de atuação, deixando de atuar somente no campo do cooperativismo e passando a discutir a economia solidária mais amplamente. A partir de então, as ITCPs passaram a incubar redes, grupos informais, associações etc., a trabalhar com perspectiva multidimensional, incorpora a perspectiva do desenvolvimento local. Os obstáculos que se podem destacar na atuação das incubadoras são semelhantes aos enfrentados pela extensão universitária: a conceituação e a institucionalização (DUBEUX, 2007).

2. PERGUNTA, HIPÓTESE, OBJETIVOS, ESTRATÉGIA GERAL DA PESQUISA E PLANEJAMENTO DA COLETA DE DADOS

2.1 Estratégia Geral da Pesquisa: Perguntas, hipóteses, categorias de análise, classes de variáveis e variáveis

Esta pesquisa apresenta, inicialmente, uma revisão da literatura sobre Economia Solidária, Desenvolvimento Territorial, Atuação da Universidade Pública. Em um segundo momento, a pesquisa analisa uma experiência em andamento de Economia Solidária e Desenvolvimento Territorial. A delimitação temporal feita tem início em 2008 e vai até o final de 2009.

O Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana da Universidade Federal de São Carlos tem o tema “Economia Solidária e Desenvolvimento Territorial” dentro da linha de pesquisa “Gestão, Planejamento e Tecnologias Aplicadas à Engenharia Urbana”. Este trabalho traz contribuições para a agenda de pesquisa que pretende caracterizar as possíveis relações entre Economia Solidária e Desenvolvimento Territorial.

A pergunta principal de pesquisa formulada para este trabalho é: Quais as possíveis relações entre Economia Solidária, Desenvolvimento Territorial e atuação de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares?

A hipótese formulada para este problema é: A atuação de uma ITCP em Economia Solidária contribui para o desenvolvimento de dado território.

A estratégia de pesquisa utilizada é a observação participante que conta com a participação do autor deste trabalho em atividades que foram desenvolvidas ao mesmo tempo que estavam sendo examinadas como objeto de pesquisa. Entre estas atividades está a articulação entre vários atores como EES, outras Instituições de Ensino Superior, as Secretarias de Administração Municipal, Organizações não-governamentais (ONGs) e o setor religioso. O caso único estudado tem como unidade de análise a atuação da INCOOP/UFSCar no bairro Jardim Gonzaga e entorno.

2.2 Objetivo geral e específicos

O objetivo geral desse projeto de pesquisa é avançar na caracterização das possíveis relações entre Economia Solidária e Desenvolvimento Territorial.

Os objetivos específicos deste trabalho são:

- Levantamento, sistematização e exame das estratégias gerais, condições essenciais, obstáculos e limites de dois anos (de abril de 2008 a maio de 2010) de execução do projeto de Desenvolvimento Territorial que está em andamento no bairro Jardim Gonzaga e entorno.
- Proporcionar oportunidades de reflexão sobre a prática de intervenção tendo como objeto um território composto por um bairro e arredores.

Estes objetivos visam contribuir para formação de assessores de Economia Solidária que tenham atuação territorial, contribuir para o Desenvolvimento Territorial do Jardim Gonzaga e entorno, para que a comunidade local aumente o grau de protagonismo deste desenvolvimento e contribuir para proposição de diretrizes para Políticas Públicas em Economia Solidária.

2.3 Caracterização do Objeto Empírico

O objeto empírico deste trabalho é a atuação da Incubadora Regional de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos (INCOOP/UFSCar) em um território urbano, o bairro Jardim Gonzaga e entorno (bairros Cruzeiro do Sul, Vila Monte Carlo, Jardim Pacaembu, Vila Santa Madre Cabrini), localizado na cidade de São Carlos, SP. Este objeto foi escolhido por ser uma experiência que está em andamento e que relaciona Economia Solidária, Desenvolvimento Territorial, Política Pública e atuação da Universidade. Também se optou por este objeto pelo fato deste pesquisador atuar como coordenador de projetos na INCOOP e haver um conjunto de pesquisadores realizando investigações no território-alvo mencionado. A Incubadora e o território em questão serão apresentados a seguir.

2.3.1 A Incubadora Regional de Cooperativas Populares – INCOOP-UFSCar

Desde 1998, a Incubadora Regional de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos (INCOOP/UFSCar) vem se dedicando a atividades de ensino, pesquisa e extensão de forma articulada, relevantes para a Economia Solidária, dentre as quais se destacam as que se referem a processos de incubação de empreendimentos econômicos solidários, em várias atividades econômicas e em diversas localidades.

A INCOOP/UFSCar conta com a participação de docentes e alunos de diferentes áreas do conhecimento (Psicologia, Engenharia Civil, de Materiais, Letras, Enfermagem) e de profissionais de diferentes campos de atuação profissional (Psicologia, Pedagogia, Ciências Sociais, Biologia, Química entre outras áreas) para desenvolver projetos de incubação de empreendimentos solidários, articulando ensino, pesquisa e extensão. Neste sentido, mantém um conjunto amplo e diversificado de projetos de atendimento a segmentos da população que se apresentam excluídos do mercado de trabalho ou inseridos nele de forma precarizada.

Nestes projetos, o processo de organização dos grupos populares é realizado sob a orientação de princípios do cooperativismo popular autogestionário, em diferentes situações: com ou sem demandantes externos, com diferentes tipos de demandantes e parceiros, com ou sem definição prévia dos segmentos envolvidos da população, com ou sem atividade produtiva indicada, em diferentes municípios etc.)

Os trabalhos realizados no âmbito da Incubadora possibilitaram a elaboração de pelo menos 20 monografias ou trabalhos de conclusão de curso, 7 dissertações e 1 tese em programas de pós-graduação e já ofereceu campo de estágio curricular e extra-curricular para mais de 200 alunos de graduação de diferentes cursos. Tem tido expressiva publicação e participação em congressos e revistas relacionadas à temática, com cerca de 200 trabalhos publicados desde 2000.

A INCOOP atua, desde 2007, em dois territórios, um rural e um urbano, na incubação de iniciativas de Economia Solidária. Estes territórios foram definidos levando em consideração os territórios em que a INCOOP tem atuado e que mostram potencial para ampliação e consolidação da Economia Solidária. O território urbano é o bairro Jardim Gonzaga e entorno, localizado na cidade de São Carlos. O território rural é um assentamento

localizado na cidade de Itapeva, SP. O presente trabalho analisa apenas o território urbano, entre os anos de 2007 e 2009.

2.3.2 O Bairro Jardim Gonzaga e entorno

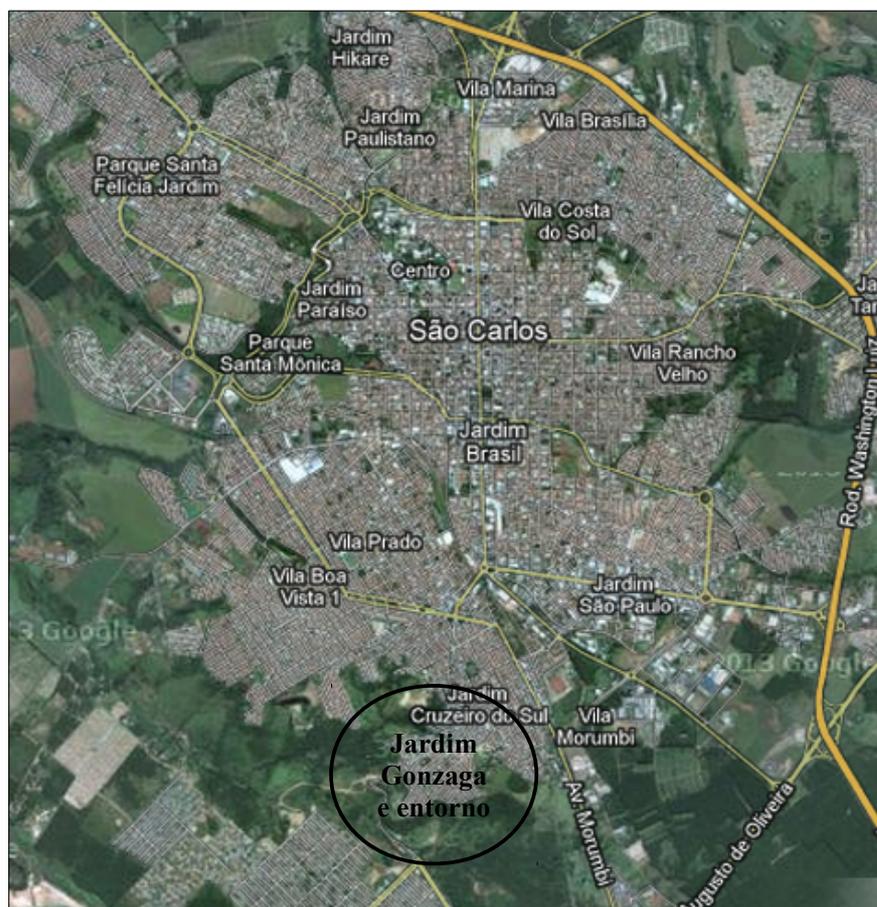
O bairro Jardim Gonzaga e seu entorno constituem um bolsão de pobreza na cidade de São Carlos, SP. Nesta localidade encontram-se participantes de programas sociais compensatórios da condição de pobreza, jovens e pessoas em situação de desvantagem social. Este também é o perfil de muitos membros de empreendimentos solidários da localidade. Existem no local e em outros bairros vizinhos, diversos projetos que visam à superação destas condições de pobreza e exclusão. Um destes projetos está sendo conduzido pela INCOOP da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e será apresentado a seguir.

A cidade de São Carlos está localizada na região administrativa central do estado de São Paulo, possui 223.000 habitantes e uma densidade demográfica de 195,65 habitantes/km² que é bem maior que a média do estado, 165,75 habitantes/km². A taxa de mortalidade infantil é 8,03 para cada nascido vivo. O índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), no ano 2000, era de 0,841 e renda per capita de 3,02 salários mínimos, outros dois dados que estão acima da média estadual, 0,814 e 2,92 respectivamente. Mais de 99% dos domicílios possuem infra-estrutura urbana adequada. Também no ano 2000 a taxa de analfabetismo era de 5,64%. (SEADE, 2008).

É possível observar a localização da Cidade de São Carlos e dos bairros Jardim Gonzaga e na Figura 1 e 2.



Fonte: Adaptado de www.dep.ufscar.br/localizacao.php
Figura 1 - Localização da Área Urbana de São Carlos, São Paulo, Brazil.



Fonte: Google Maps.
Figura 2 - Localização do Jardim Gonzaga e entorno em São Carlos.

O território alvo deste projeto encontra-se dentro da Microbacia do córrego da Água Quente (MCAQ), de 12,5 km², que por sua vez se insere na Bacia do Monjolinho que compõe a Bacia Tietê/Jacaré. A MCAQ é cortada no sentido nordeste sudeste por uma depressão geográfica bastante acentuada, separando a cidade entre terras altas e baixas, sendo que o território alvo se encontra no limiar das terras altas do lado mais próximo do centro da cidade. (TONISSI, 2005).

A MCAQ é considerada uma área estratégica a ser ambientalmente recuperada. Existe a possibilidade de o território alvo fazer parte de uma área de recarga do Aquífero Guarani (TEIA e AQUAVIT, 2005a).

A cidade de São Carlos tem como dominantes em sua economia o setor industrial e o de serviços, além de produção agropecuária (leite, laranja e cana-de-açúcar). A implantação de duas grandes universidades públicas (Universidade de São Paulo e Universidade Federal de São Carlos nas décadas de 1950 e 1960, respectivamente) aliada ao conseqüente surgimento de diversas empresas fez com que São Carlos ganhasse a condição de pólo tecnológico e se tornasse conhecida como a Capital da Tecnologia. Apesar de considerada como cidade pólo de alta tecnologia, São Carlos também possui bolsões de pobreza, entre eles, o Jardim Gonzaga. Área fronteira do perímetro urbano da cidade de São Carlos e detentor dos maiores índices de vulnerabilidade social da cidade (extrema pobreza, altos índices de violência, de desemprego, de drogas, de baixa escolaridade e de crianças e adolescentes em risco pessoal e social), o local começou a ser ocupado no período entre 1977 e 1979. Considerado “zona crítica”, de acordo com o perfil sócio-econômico, seus moradores são bastante estigmatizados fora do mesmo (CAMPOS *et al*, 2003).

O bairro se caracteriza por ter uma ocupação irregular tanto no que se refere às dimensões e à ocupação dos lotes, como quanto ao caráter de ilegalidade das suas novas construções, que se localizam cada vez mais próximas de uma grande área de risco e de preservação ambiental, chamada pelos moradores locais de “buracão” (local que possui três nascentes, porém por ali também são despejados os esgotos das casas do Jardim Gonzaga, bem como de outros bairros vizinhos). Além disso, verifica-se também a falta de serviços urbanos essenciais, principalmente na área da saúde, lazer e esportes (CAMPOS *et al*, 2003).

O bairro passou recentemente por um processo de transformações que se tornou possível graças a um financiamento viabilizado pela Prefeitura Municipal de São Carlos (PMSC), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no Programa Habitar Brasil (HBB), cujo objetivo principal é o de revitalizar áreas degradadas econômica e socialmente, características do Jardim Gonzaga (CAMPOS *et al*, 2003).

No Jardim Gonzaga existe um terreno, popularmente conhecido como “campinho”, onde foi construída, através do HBB, uma Estação Comunitária, prédio público municipal que abriga um centro de esportes, lazer e cultura. O quarteirão onde está inserido o Campo de Futebol encontra-se regularizado do ponto de vista fundiário e é o único quarteirão do bairro destinado à área pública e de lazer (CAMPOS *et al*, 2003).

Os problemas do bairro como o desemprego, a miséria, a falta de saneamento básico, crianças e pais que não conseguem ver o papel da escola em suas vidas, as denúncias de prostituição infantil, crianças que não podem brincar, pois devem esmolar ou trabalhar para os pais, o tráfico de drogas, entre outros, parecem mais digeríveis e mais fáceis de serem discutidos quando lidos ou vistos à distância (CAMPOS *et al*, 2003).

A seguir será apresentada uma síntese de informações obtidas a partir das diferentes fontes consultadas, em relação a diversos aspectos como:

O Plano Diretor de São Carlos, instituído em 2005, define a área em que o território alvo se insere como sendo área sem interesse imediato de ocupação, entretanto, é uma das áreas com maior crescimento populacional de São Carlos. Este crescimento ainda acontece de forma desordenada e descontínua da malha urbana, contribuindo para existência de vazios urbanos e precarização das condições de vida da população. (TONISSI, 2005). Intervenções baseadas em diagnósticos detalhados têm acontecido, trazendo melhoria da qualidade de vida da população local. Até agora foram realizadas ações de natureza físico-urbanística, habitacional, fundiária e social (SÃO CARLOS, 2008).

Em relação à saúde, há, num raio de 800 metros do centro da área de intervenção a Unidade Básica de Saúde (UBS) do Cruzeiro do Sul - Dr. Dante Erbolato, onde são realizadas consultas em várias áreas médicas (ginecologia, obstetrícia, pediatria, clínica médica), consulta odontológica, procedimentos de vacinação, curativos, administração de medicamentos injetáveis, inalação e distribuição de medicamentos à população (MANCUSO,

2002). Existem também a Unidade Saúde da Família (USF) Cruzeiro I, a USF Cruzeiro 2 (recentemente inauguradas) e a USF Jardim Gonzaga. De acordo com o Diagnóstico de Estimativa Rápida Participativa (ERP), elaborado pela Equipe da Saúde da Família (ESF), identifica-se problemas referentes à limpeza pública, tais como acúmulo de lixo nas ruas, bueiros, calçadas e terrenos baldios que podem ser apontados como criadouros de *Aedes Aegypti*. Em relação à mortalidade, algumas causas citadas confirmadas pelos registros são: AIDS, neoplasia, cirrose e hipertensão arterial. Foram também referidos suicídios e acidentes. A expectativa média de vida é de 60 anos. No que se refere à saúde bucal, a maioria da população é assistida pela UBS Cruzeiro, USF Jd. Gonzaga, Unidades de Pronto Atendimento, Projeto Madre Cabrine e instituições municipais de ensino (creche e EMEI), que conta com o trabalho de dentistas. As ações de saúde bucal estão concentradas em urgência/emergência e especialidades. As ações preventivas são realizadas apenas com as crianças que frequentam as escolas referidas.

Em relação ao letramento, 48,9% dos moradores são analfabetos ou analfabetos funcionais, 5,2% têm ensino fundamental completo, 7,2% têm ensino médio completo (MANCUSO, 2002). Pelo diagnóstico da ERP elaborado pela ESF, o número de creches e escolas não é suficiente e estas estão localizadas longe do território. Entretanto, na faixa de 10 a 39 anos, a taxa de alfabetização encontra-se próxima a 100%. O menor índice de alfabetização encontra-se na faixa etária acima de 60 anos, principalmente entre as mulheres. Apesar do elevado índice de alfabetização, o nível de escolaridade é baixo.

Em pesquisa realizada por Leugi e Cortegoso (2007), sobre o perfil de descarte de resíduos sólidos dos moradores do território, 64% dos entrevistados relataram fazer algum tipo de separação (reciclagem ou reaproveitamento); 45% dos entrevistados separam seus resíduos porque tem alguma utilidade para terceiros e 23% alegam motivo ecológico ambiental para separar seus resíduos; 19% vendem o material reciclável; dentre os que não separam, 50% não soube responder o motivo pelo qual não o faz; 19% apontam a falta de coleta seletiva para não separarem seus resíduos.

De acordo com dados obtidos por Leugi e Cortegoso (2007), em uma pesquisa que envolveu uma amostra de membros da COOPERLIMP para análise de padrões de consumo, os cooperados entrevistados possuem padrões de consumo que levam em consideração

especialmente o preço, e não critérios sócio-ambientais, na escolha de seus produtos. Mais de 10% das pessoas em 100% das vezes adquirem, via compra, papel higiênico e sabonete, assim como açúcar, extrato de tomate e óleo; e em 95% das vezes, desinfetante, esponja e palha de aço. A pesquisa traz a quantidade dos principais produtos consumidos pela família dos entrevistados em um mês, o que permite um vislumbre das suas necessidades. Quanto à origem dos produtos, 80,5% são adquiridos em supermercados. Sobre compras coletivas, 64,3% dos entrevistados mostraram interesse em participar, sendo os produtos preferidos roupas, móveis, materiais de construção e calçados. A maioria dos participantes declarou não ter interesse em mudar o local em que realiza compras.

Em relação à qualidade de vida, de um modo geral, constata-se a existência de uma população jovem precarizada, moradora do território e atendida ou não, pela USF, pelo CRAS, em medidas sócio-educativas, em escolas, etc. 27,7% dos responsáveis pelas famílias possuem entre 15 e 29 anos (MANCUSO, 2002). De acordo com o Diagnóstico de Estimativa Rápida Participativa (ERP), elaborado pela Equipe de Saúde da Família (ESF), constata-se a presença de famílias em áreas de preservação ambiental e ocorrência de favelamento. Há presença de tráfico de drogas, alto índice de violência e policiamento agressivo segundo percepção da população. Em relação à questão de gênero, 26,4% das mulheres responsáveis pelas famílias possuem idade de 15 a 29 anos; 49,5% das mulheres têm acima de 40 anos; 54,7% das mulheres são responsáveis pela família sem terem cônjuge (MANCUSO, 2002). Pelo diagnóstico da ERP elaborado pela ESF, na Delegacia da Mulher foi registrado 01 (um) caso de agressão contra mulher no bairro Santa Madre Cabrine (janeiro/2008) e, também, 01 (um) caso na Vila Conceição (fevereiro/2008). Nos bairros em questão não existem notificações frequentes. Em relação às atividades de lazer, pelo diagnóstico da ERP, constata-se a presença de espaços para lazer, porém são pouco utilizados. Mas existem relatos e observações de moradores realizando atividades de lazer nas calçadas. Em relação ao apoio ao cuidado com crianças e idosos, pelo diagnóstico da ERP elaborado pela ESF, a área de abrangência possui uma alta taxa de natalidade (10/1000), sendo mais intensificada ainda no Orfanato (33/1000), que é uma área de ocupação.

Em relação à segurança alimentar e nutricional, a UBS administra Programas de Suplementação Alimentar: Programa de distribuição de leite e Programa de Carência

Alimentar (que atendem em média 60% e, às vezes, até 80%, dos moradores do Jardim Gonzaga). Os programas atendem 191 pessoas (MANCUSO, 2002).

3. ESTRATÉGIAS GERAIS, CONDIÇÕES ESSENCIAIS E OBSTÁCULOS NA ATUAÇÃO DA INCOOP ENTRE 1999 E 2009.

Neste capítulo serão apresentados os resultados obtidos nesta pesquisa. Foram utilizados como fonte de evidências diferentes tipos de documentos da INCOOP (relatórios, relatos de reunião, lista de presença em reuniões e eventos e outros documentos de circulação interna), artigos publicados pela incubadora e registros feitos por observação direta pelo próprio pesquisador.

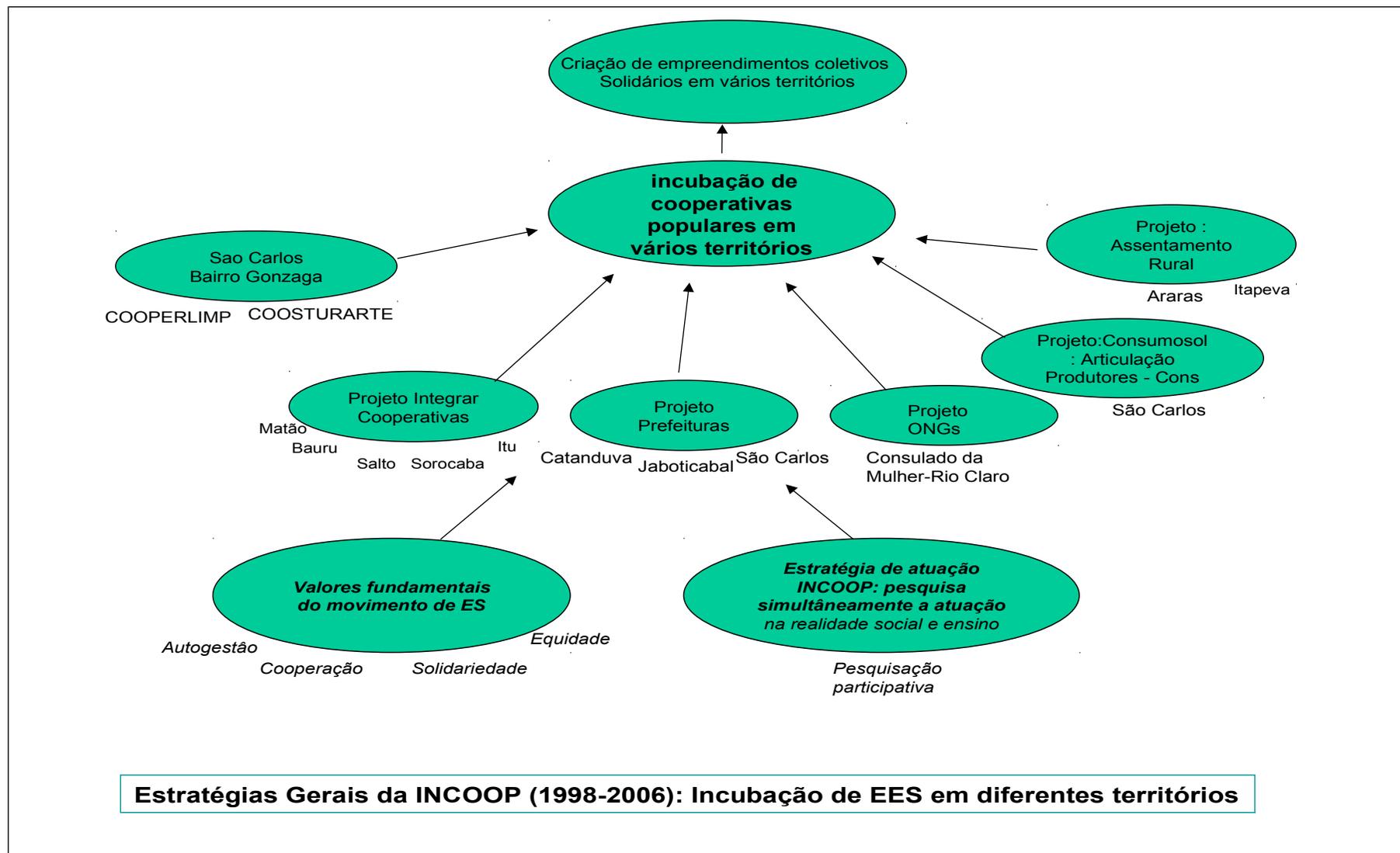
É possível distinguir, observando a atuação da INCOOP entre 1999 e 2009, dois momentos distintos em relação às estratégias gerais adotadas. Primeiramente a atuação entre 1999 e 2006 com centralidade na incubação de EES e em seguida a partir de 2007, com atuação focada em dois territórios, fomento ao protagonismo dos EES existentes para criação de novos EES, outras iniciativas de Economia Solidária e aumento do acesso dos moradores do território a outros direitos de cidadania.

Inicialmente, serão apresentadas informações referentes ao primeiro momento, de forma descritiva. Em seguida, o segundo momento será examinado quanto às estratégias gerais previstas no início de 2008, as estratégias gerais implementadas a seguir, bem como as condições essenciais (variáveis que favoreceram) e obstáculos (variáveis desfavoráveis) a tais estratégias. Serão explicitadas hipóteses explicativas dos fatos ocorridos e a relação destas com a literatura.

3.1 Atuação da INCOOP entre 1999 e 2006: Centralidade na incubação de EES

A INCOOP/UFSCar vem desenvolvendo, desde 1998, atividades de Ensino-Pesquisa-Extensão no campo da Economia Solidária e que tem gerado trabalho, renda e promoção da cidadania, tendo como público preferencial segmentos historicamente excluídos.

De 1998 até 2006 a centralidade da atuação da INCOOP foi a incubação de EES em diferentes territórios como se pode observar na Figura 3.



Fonte: Arquivo digital de circulação interna da INCOOP, não publicado, 2008

Figura 3 - Estratégia Geral da INCOOP até 2006: Incubação de EES em diferentes territórios

Tendo como centralidade a Incubação de EES, a INCOOP contribuiu para criação e consolidação de EES em várias cadeias produtivas, como limpeza, alimentação, costura, artesanato, resíduos, marcenaria, horta orgânica, derivados da cana orgânica, entre outros, atuando em diferentes municípios como São Carlos, Matão, Catanduva, Jaboticabal, Ribeirão Preto, Rio Claro, Itapeva e Araras. Realizou articulação com diversos parceiros como prefeituras municipais, sindicatos e entidades da sociedade civil e elaborou e executou vários projetos com participação em cerca de 20 editais para captação de recursos tendo sido contemplado em mais de 10.

3.1.1 Diretrizes permanentes: Atividades para além da Incubação de EES

A atuação da INCOOP, desde sua criação, não se restringiu a incubação de EES, ainda que esta seja sua principal atividade. Como atividades de ensino, a INCOOP realiza formação de alunos (de graduação e pós-graduação) e docentes de diferentes áreas do conhecimento e outros profissionais de diferentes áreas de atuação. Realiza formação contínua e permanente em EcoSol de todos os envolvidos em suas ações.

A INCOOP oferta semestralmente, desde 2003, uma disciplina optativa intitulada Atividade Curricular de Integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão (ACIEPE). Trata-se de uma experiência educativa, cultural e científica que, articulando o Ensino, a Pesquisa e a Extensão e envolvendo professores técnicos e alunos da UFSCar, procura viabilizar e estimular o seu relacionamento com diferentes segmentos da sociedade. A ACIEPE ofertada pela INCOOP é a “Cooperativas Populares e Economia Solidária: produção de conhecimento, intervenção profissional e formação de profissionais”.

Diversos alunos de graduação de pelo menos 25 cursos da UFSCar, e de outras Universidades, alunos de pós-graduação, profissionais graduados e pessoas da comunidade já frequentaram esta ACIEPE. Os inscritos participaram diretamente dos projetos desenvolvidos pela INCOOP.

Quanto às atividades de produção de conhecimento, tem realizado auto-avaliação constante, estudos e sistematizações permanentes de aspectos relevantes de seu campo de atuação para contribuir com o acúmulo do conhecimento e o aperfeiçoamento de suas atividades. Como produto de seus estudos já elaborou proposta de funcionamento de ITCPs, identificação

e caracterização da ação de diversos atores da EcoSol e um método de incubação de EES. A incubadora também tem participado de diversos eventos acadêmicos para divulgação do conhecimento produzido, integra a Rede de ITCPs constituída por mais de 40 incubadoras universitárias, participa do Comitê Acadêmico Processos Cooperativos e Iniciativas Econômicas Associativas da Associação Grupo Montevideo (PROCOAS/AUGM), além da articulação com outras universidades. (CORTEGOSO *et al*, 2010)

A INCOOP tem participado de muitas ações de apoio e fortalecimento do movimento de EcoSol, como fóruns municipais e estadual, feiras de EcoSol em que são comercializados produtos e serviços dos EES, participa da Comissão Gestora Estadual do Sistema de Informação em EcoSol (SIES), responsável pelo mapeamento de iniciativas de EcoSol, entre outros.

Outra diretriz permanente na atuação da INCOOP se refere à observância dos valores fundamentais do Movimento de Economia Solidária. O processo de tomada de decisão utilizado para as ações que realiza é a autogestão em que todos os membros podem contribuir nas discussões e nos encaminhamentos. Busca-se, continuamente, o aumento do grau de autogestão nas decisões e nas diversas relações existentes, bem como o aumento da solidariedade, cooperação e equidade entre seus membros.

Articulação com parceiros para fortalecer as ações são diretrizes permanentes, no entanto, inicialmente se estabelecia parceria com atores diversos, independente de sua área e local de atuação, bastando apenas que quisesse colaborar com o avanço da Economia Solidária em geral. Atualmente são feitas parcerias preferencialmente com atores que realizam ou tem interesse de realizar ações no território Jardim Gonzaga e entorno.

3.1.2 Limites e Obstáculos

O acúmulo de experiência e o debate existente sobre outras experiências similares à da INCOOP, de incubação de empreendimento de Economia Solidária, tem evidenciado avanços, mas também limitações e obstáculos para alcançar seus objetivos.

São dificuldades relativas tanto à superação de conflitos e obstáculos no interior dos empreendimentos, quanto à relação destes empreendimentos com o restante da sociedade, particularmente com os consumidores de produtos e serviços oferecidos por estes empreendimentos. São bem conhecidas, para quem lida com o campo da Economia Solidária, as dificuldades de comercialização destes produtos e serviços, a despeito da existência de forte investimento neste campo, por parte

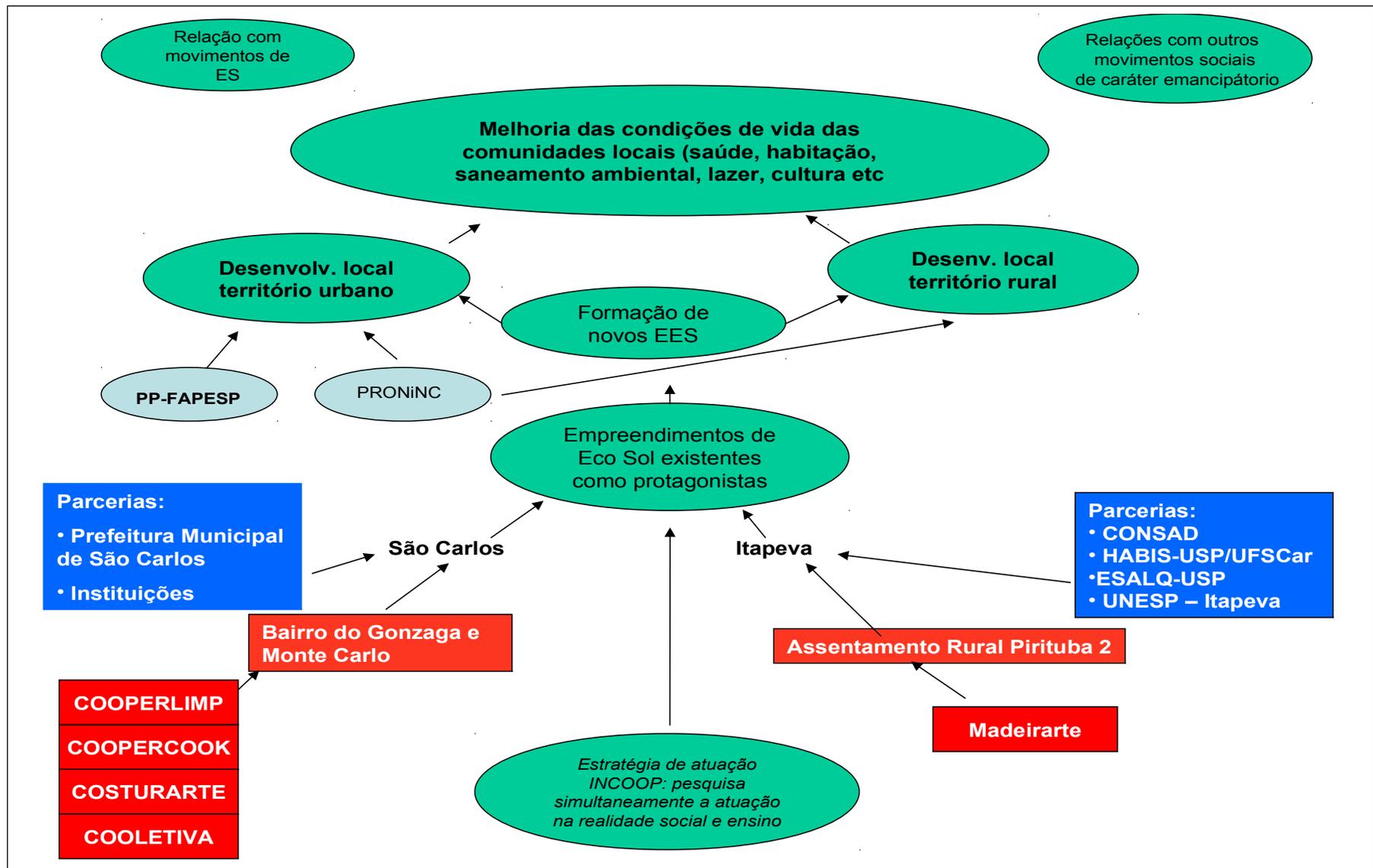
dos próprios empreendimentos e de agentes de fomento da Economia Solidária.
(CORTEGOSO *et al*, 2010)

A partir de um balanço crítico realizado no início de 2007, a INCOOP assumiu como forma de atuação preferencial, a atenção a territórios definidos a partir de empreendimentos com os quais a incubadora vinha atendendo e que apresentavam potencial de ampliação e consolidação da Economia Solidária. Tal atuação constitui uma mudança de estratégia geral da incubadora, algo que será explicitado no item seguinte.

3.2 Mudança de estratégias gerais a partir de 2007: atuação territorial como estratégia para o desenvolvimento local

A partir de 2007 a INCOOP passa a atuar em dois territórios (urbano e rural) com a perspectiva de promover o desenvolvimento territorial. O território urbano, já apresentado, é o bairro Jardim Gonzaga e entorno localizado na cidade de São Carlos. O território rural é um assentamento localizado na cidade de Itapeva, SP. O presente trabalho analisa apenas o território urbano a partir desta mudança de estratégia da INCOOP que ocorreu entre 2007 e 2008 até o final de 2009.

A incubadora começa, a partir de então, a considerar a pertinência de articulação de políticas setoriais, como as políticas municipais de saúde, educação, habitação e saneamento ambiental, com ênfase na geração de renda por meio de trabalho coletivo e de práticas de cooperação. Ainda, passa a serem levados em consideração no território, atores sociais, mercados, cadeias produtivas, fluxos, políticas públicas, etc., é incorporado o debate sobre o Desenvolvimento Territorial, a sustentabilidade com dimensões além da econômica: social, cultural, política-institucional e ambiental. O conceito de endogenia é adotado com destaque para relações sociais internas da comunidade do território-alvo. As estratégias adotadas pela INCOOP após a mudança de estratégia descrita pode ser observada na Figura 4.



Fonte: Arquivo digital de circulação interna da INCOOP, não publicado, 2008

Figura 4 - Estratégia Geral da INCOOP de 2007 a 2008: Atuação concentrada em dois territórios, protagonismo dos EES e consolidação de parcerias.

A partir da nova estratégia geral adotada pela INCOOP passou a ter centralidade: 1. o fomento ao protagonismo dos EES para criação de novos EES; 2. consolidação dos existentes e 3. fomento a outras iniciativas de EcoSol. Com a atuação focada em dois territórios definidos e com parcerias em andamento com um EES de Limpeza (Cooperativa de Limpeza do Jardim Gonzaga Organização - COOPERLIMP) e com o Departamento de Apoio a Economia Solidária da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia da Prefeitura Municipal de São Carlos (DAES/SMDSC/PMSC), a INCOOP inicia um processo de articulação com outras parcerias (que serão apresentados a seguir) com perspectiva de contribuir para o avanço da EcoSol no território em questão.

Essa nova perspectiva permite pensar a Economia Solidária para além de seus empreendimentos. Permite colocá-la como fortalecedora de relações sociais tais como a solidariedade e a cooperação que se expandem para além das relações puramente econômicas. A Economia Solidária atuará, então, como um fator central de endogeneidade cujas práticas de solidariedade, cooperação, confiança, responsabilidade, etc. - internas aos seus empreendimentos – tendem a se expandir modificando a dinâmica da comunidade local e favorecendo os processos de empoderamento e gestão social. (CORTEGOSO et al, 2010)

Neste momento tem-se como objetivo a promoção do Desenvolvimento Territorial para melhoria da qualidade de vida da população local e o estabelecimento de relações com o movimento de EcoSol e outros de caráter emancipatório. As estratégias gerais adotadas a partir de 2008 serão mais bem detalhadas e examinadas a seguir.

3.3 Análise das estratégias gerais de atuação da INCOOP entre 2008 e 2009

Para realização do exame das estratégias gerais de atuação da INCOOP foram coletados dados referentes: 1. as estratégias gerais previstas para atuação entre 2008 e 2009; 2. as estratégias implementadas; 3. as condições essenciais percebidas; 4. os obstáculos percebidos.

3.3.1 Estratégia geral prevista pela INCOOP: protagonismo dos EES, articulação com parceiros e acesso aos direitos de cidadania

A estratégia geral prevista, a partir de 2007, é de: 1. promoção do acesso a direitos relacionados à Economia Solidária (direito ao trabalho associado, renda, direitos

trabalhistas, formação em Economia Solidária etc.) e 2. relacionados a outros direitos de cidadania (Saúde, Cultura, Lazer, Educação Matemática etc.).

Em relação aos direitos relacionados à Economia Solidária a estratégia geral prevista foi de: A.garantir condições para o protagonismo dos EES existentes e B.a articulação com diversos atores sociais.

Esperava-se que os EES existentes fossem protagonistas na criação de novos EES, na constituição e consolidação de diversas Cadeias Produtivas e de outras iniciativas econômicas solidárias (como ações de Finanças Solidárias e inserção social de usuários de Saúde Mental nos EES existentes). Os EES existentes no momento de estabelecimento das estratégias gerais eram os empreendimentos apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 – EES incubados pela INCOOP e relacionados ao Desenvolvimento Territorial.

A COOPERLIMP é uma cooperativa de prestação de serviços de limpeza de ambientes, criada em 1999, com grupo inicial de 20 pessoas, que ultrapassou, após oito anos de existência, a marca de 250 membros, e 190 postos de trabalho, a grande maioria deles alcançada por meio de participação em editais públicos junto à Prefeitura Municipal de São Carlos. Segundo dados obtidos de consultas às fichas de cadastro de sócios e do livro de matrícula da COOPERLIMP, a maioria dos membros são mulheres e residem no Bairro Jd.Gonzaga ou no Bairro Jd. Monte Carlo. Várias pessoas entraram na cooperativa com renda zero, fator este que é um dos critérios da COOPERLIMP para novos associados. Também é possível verificar que os membros que ocupam postos de trabalho na COOPERLIMP alcançam rendas em geral superiores a trabalhadores que realizam o mesmo tipo de atividade em empresas prestadoras de serviços na área de limpeza para jornadas similares de trabalho.

A COOPERCOOK tem como objetivo prestar serviços nas áreas de culinária e nutrição visando o desenvolvimento econômico e social por meio da segurança alimentar e nutricional. Atualmente a cooperativa presta serviços para a Prefeitura Municipal de São Carlos mais especificamente nos Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional, fornecendo 1500 cafês da manhã para trabalhadores rurais, e 600 refeições diárias (jantar), além do café da manhã para o funcionalismo público municipal atendendo São Carlos e Santa Eudóxia. A Cooperativa atende também outras instituições públicas e privadas no fornecimento de coffee breaks em eventos como palestras, encontros, seminários, feiras, entre outros. Para o desenvolvimento destas atividades a COOPERCOOK conta com uma equipe de 30 cooperadas constituída de cozinheiras e auxiliares de cozinha, auxiliares administrativos.

A COOLETIVA é uma cooperativa formada por iniciativa de membros da comunidade do Jardim Gonzaga, bairro de São Carlos, e inspirada no sucesso da COOPERLIMP. Este EES desenvolve atividades de coleta, triagem e comercialização de resíduos recicláveis contribuindo com a Prefeitura Municipal na implementação da coleta seletiva na cidade de São Carlos. Iniciou sua atividade de coleta em agosto de 2003.

A COOSTURARTE foi fundada em 2001, sendo que atualmente seus membros, todas mulheres, estão trabalhando em confecção e enxergando na cooperativa uma forma de serem remuneradas por um trabalho que traz independência, autonomia e realização profissional. O desafio que aparece agora para cooperativa é a busca de novos clientes, principalmente na modalidade de confecção, uma vez que o esforço do trabalho realizado é melhor recompensado.

Novos EES foram previstos pelo projeto da INCOOP, definidos em conjunto com a comunidade, para aumentar a quantidade da população envolvida com a Economia Solidária e para diversificação das atividades produtivas existentes no território. Os novos EES previstos foram: 1. EES de Produtos de Limpeza; 2. EES de serviços especializados de limpeza (limpeza de caixa d'água, lavagem de carro, limpeza de quintais para combate à dengue) 3. EES de Cuidado de Pessoas; 4. EES de logística de distribuição de produtos e documentos; 5. Horta Comunitária 6. Padaria Comunitária 7. EEs produção de viveiros de mudas; 8. EES de produção de pequenos objetos de madeira (POMs); 9. EES de painéis de madeira para cobertura habitacional (empreendimento com intuito de fabricar painéis de madeira a serem utilizadas como forro de casas) e; 10. EES de Cultura.

A estratégia de constituição e consolidação da cadeias produtivas consiste no preenchimento de lacunas de produtos e serviços inexistente no território, sendo que os EES de uma mesma cadeia possam colaborar entre si. As cadeias produtivas previstas foram: 1. Limpeza; 2. Diferentes tipos de Serviços; 3. Resíduos e Reciclagem e; 4. Alimentos. Outras iniciativas de Economia Solidária foram propostas como a inserção de pessoas portadoras de transtorno mental severo nos EES existentes no território ou possibilidade de criar novos empreendimentos mistos, ou seja, compostos por pessoas portadoras de transtorno mental e outras pessoas que não se encontram nesta condição. Também foram propostas iniciativas de Finanças Solidárias como o Banco Comunitário³, Banco de Tempo (em que a moeda é o tempo das pessoas), Feira de Trocas e compras coletivas (em que há economia devido à compra em escala).

A estratégia geral de articulação previu o estabelecimento de parceria com atores sociais com atuação ou interesse de atuação no território, entre eles a Prefeitura Municipal de São Carlos; grupos de pesquisa, pesquisadores, alunos da comunidade acadêmica da UFSCar; grupos de pesquisa e pesquisadores de outras Universidades; o Banco do Brasil; Igrejas; entre outros.

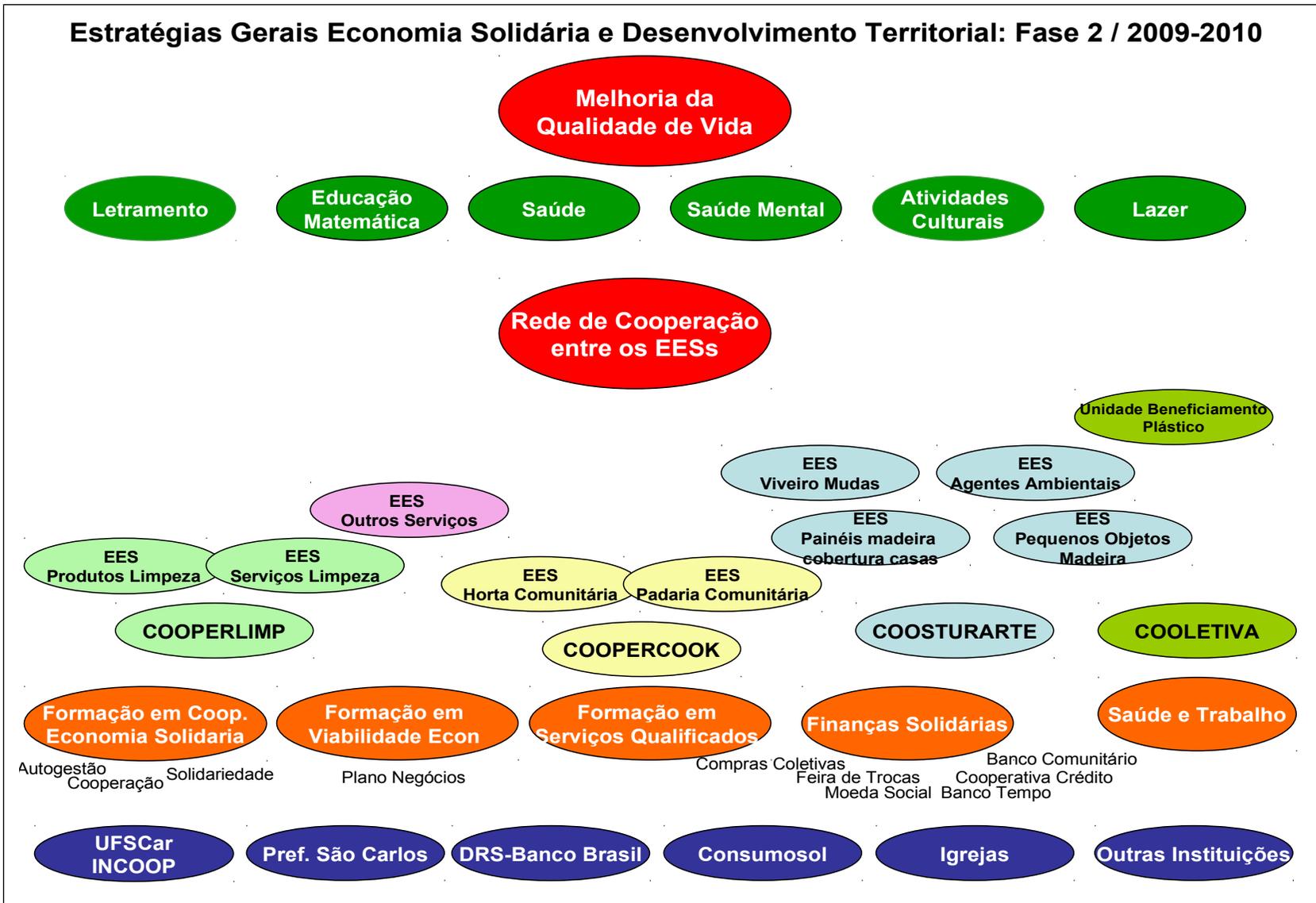
A estratégia geral relacionada a promoção de acesso a outros direitos de cidadania foi de realização de ações em conjunto com membros dos EES e de

3

Banco Comunitário é um serviço financeiro solidário em rede, de natureza associativa e comunitária, voltado para a reorganização das economias locais, na perspectiva de geração de trabalho e renda de acordo com os princípios da economia solidária.

moradores do território Jardim Gonzaga e entorno. As atividades previstas foram diversas: 1. Educação matemática; 2. Ações de interferência educativa; 3. Ações educativas em saúde; 4. intervenções educacionais para discussão da questão de gênero e; 5. vivências em atividades de lazer.

É possível observar na Figura 5 uma síntese das estratégias gerais propostas e explicitadas acima. Nesta estão esquematizados os atores sociais com os quais foram realizadas parcerias, os temas sobre os quais foram realizadas formações, as cadeias produtivas diferenciadas em cores e os EES das mesmas visando como objetivo a formação de um rede de EES e fomento ao acesso de outros direitos de cidadania para a melhoria da qualidade de vida.



Fonte: Projeto FAPESP Fase II

Figura 5 – Estratégias Gerais da INCOOP de 2009 a 2010: Cadeias Produtivas, Redes de EES com perspectiva de melhoria da qualidade de vida.

3.3.2 Estratégias Gerais implementadas

As estratégias gerais implementadas se relacionam: 1. aos Empreendimentos de Economia Solidária; 2. à articulação com atores sociais e 3. ao acesso a outros direitos de cidadania.

Empreendimentos de Economia Solidária

Primeiramente, são apresentadas as estratégias gerais implementadas quanto ao protagonismo dos EES existentes.

Por meio da iniciativa de membros da diretoria, a COOPERLIMP apoiou a constituição de novos EES entre eles o EES de Sabão Caseiro (que não estava previsto), o EES de Produtos de Limpeza e a Horta Coletiva. A COOPERLIMP cedeu parte de sua sede para uso do EES de Sabão Caseiro para início de produção, além de adquirir e divulgar seus produtos. Para o EES de Produtos de Limpeza, a COOPERLIMP disponibilizou contatos de fornecedores de materiais e também emprestou o veículo para transporte de materiais. Quanto à Horta Comunitária, a COOPERLIMP indicou pessoas, cedeu lugar para realização de reuniões e emprestou um veículo para transporte de ferramentas e insumos. Com estas ações de apoio à criação de novos EES a COOPERLIMP estava também contribuindo para consolidação de cadeias produtivas, pois cada novo EES constitui uma etapa de sua cadeia produtiva. Este EES ainda realizou iniciativas de Finanças Solidárias também por meio da atuação de membros da diretoria, que apoiou a realização de duas Feiras de Trocas no território. A COOLETIVA apoiou a constituição do EES de Produtos de Limpeza ao disponibilizar embalagens que coleta. No entanto, nem a COOPERCOOK nem a COOSTURARTE realizaram ações de protagonismo.

De todos os novos EES previstos passaram a ser incubados então o EES de Produtos de Limpeza e a Horta Comunitária. O “grupo do sabão” surgiu da iniciativa de mulheres donas de casa que tentavam ampliar a renda familiar sem deixar as atividades da casa. Durante atividades da INCOOP no território, uma representante do grupo veio, em nome dele, manifestar o desejo de formalização de um empreendimento e solicitar o apoio da INCOOP.

Quanto à constituição e consolidação de Cadeias Produtivas, além das cadeias

previstas (limpeza, diferentes tipos de serviços, alimentos e a cadeia de resíduos e reciclagem) foram surgindo outras cadeias produtivas, a saber: confecções, construção civil, usos múltiplos da madeira e cultura. Para cada uma destas cadeias produtivas foram constituídas equipes específicas para planejar, executar e avaliar o processo de constituição das cadeias, sendo que cada um contou com estratégias específicas.

As ações em Finanças Solidárias realizadas foram de planejamento e implementação de atividades decididas coletivamente, inerentes ao estudo de viabilidade de implantação dos três tipos de iniciativas financeiras propostas: feira de trocas solidárias, banco comunitário e banco de serviços solidários. A equipe responsável estabeleceu como prioridade o planejamento, organização e realização de duas Feiras de Trocas Solidárias do Jd. Gonzaga e Vila Monte Carlo, atividades realizadas no Centro da Juventude 'Elaine Viviani'.

As ações relacionadas à saúde mental realizadas foram: 1. Organização de uma oficina, chamada de oficina integrada, para formação de usuários do sistema público de saúde mental em Economia Solidária para posterior inserção dos mesmos em EES ou formação de um novo. Um grupo chegou a participar da criação de um novo EES, de produção de produtos de limpeza; 2. Inserção de usuários de saúde mental nos empreendimentos existentes em que foi realizado mapeamento dos usuários residentes no território, o mapeamento das ofertas de vagas para este público nos EES bem como trabalho de formação dos usuários para inserção no EES.

Atores sociais

Em relação às estratégias gerais com os atores sociais houve articulação com: 1. Prefeitura Municipal de São Carlos; 2. Igrejas; 3. Banco do Brasil; 4. pesquisadores e grupos de pesquisa da UFSCar; 5. Outras Universidades; entre outros.

Quanto à Prefeitura Municipal de São Carlos foram feitas reuniões com todas as secretarias municipais (SMs) e com o Prefeito para aumento da compreensão sobre Economia Solidária e Desenvolvimento Territorial e para mapear ações realizadas pelas secretarias no território. Foram realizadas ações conjuntas, como é possível observar no Quadro 2, com 6 SMs, a saber: SM de Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia; SM de Educação (SM de Educação e Cultura até 2008); SM de Saúde; SM

de Infância e Juventude, SM de Cidadania e Assistência Social e; SM de Trabalho, Emprego e Renda (criada a partir de 2009).

Os equipamentos públicos identificados no território são: Unidades Saúde da Família do Jd. Gonzaga, do Cruzeiro do Sul 1 e Cruzeiro do Sul 2(UFS/SMS); Centro de Atenção Psicossocial (CAPS/SMS); Centro de Referência de Assistência Social (CRAS/SMCAS); Centro da Juventude “Eliane Viviane” (CJ/SMIJ) e; turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA/SME). Os projetos identificados foram: Projeto de Formação de Agentes Ambientais e Pró-Jovem Adolescente e Urbano. Diversas ações foram realizadas em conjunto com algumas secretarias municipais como se pode observar no Quadro 2.

Quadro 2 - Ações de EcoSol realizadas conjuntamente entre INCOOP e Secretarias Municipais.

Secretaria	Ações conjuntas em 2008 (gestão 2005-2008)	Ações conjuntas em 2009 (gestão 2009-2012)
Secretaria Municipal de Saúde	<ul style="list-style-type: none"> - Levantamento de informações sobre moradores do território nas USFs - Apoio do CAPS ao RECRIART e oficinas integradas para inserção de usuários de Saúde Mental 	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio do CAPS ao RECRIART e oficinas integradas para inserção de usuários de Saúde Mental - Apoio das USFs na realização da Feira de Trocas
Secretaria Municipal de Educação		<ul style="list-style-type: none"> - Oficinas sobre EcoSol para turmas de EJA no território
Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social	<ul style="list-style-type: none"> - Participação de assistentes sociais do CRAS Pacaembu em reuniões com a INCOOP 	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio do CRAS ao RECRIART
Secretaria Municipal de Infância e Juventude		<ul style="list-style-type: none"> - Cessão de uso do CJ para implantação de horta comunitária - Cessão de uso do CJ para realização de duas Feiras de Trocas
Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda (DAES a partir de 2009)	(Secretaria Inexistente antes de 2009)	<ul style="list-style-type: none"> - Articulação para reativação do FMES; - Coordenação das atividades para elaboração e aprovação da lei municipal de EcoSol - Condução do processo de unificação das cooperativas de resíduos e reciclagem do município - Assessoria ao EES de Alimentação - Apoio na Realização de eventos acadêmicos promovido pela INCOOP - Realização do IV Encontro Municipal de EcoSol - Realização da Conferência Regional de São Carlos - Apoio na realização das Feiras de Trocas,

		promovidas pela INCOOP
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia (DAES até 2008)	<ul style="list-style-type: none"> - Implantação da Unidade de Beneficiamento de Plástico - implantação do Centro Público de Economia Solidária - Coordenação das atividades para elaboração da lei municipal de EcoSol - Assessoria aos EES de Alimentação e de Resíduos 	

Como demonstrado no Quadro 2, houve maior interação com a SMDSCT em 2008 e com a SMTER em 2009. Estas interações no âmbito do território se restringiram às cadeias produtivas de resíduos e alimentos. Não houve ações para inserção da EcoSol no planejamento e execução das políticas setoriais.

O Departamento de Apoio a Economia Solidária (DAES) estava, inicialmente, na estrutura da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia (SMDSCT). Com a Reestruturação Administrativa, o DAES passou a pertencer à estrutura da Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda (SMTER). Com esta Secretaria houve a realização de diversas atividades conjuntas que possibilitou a aprovação da Lei Municipal de Economia Solidária, a lei Municipal de Micro e Pequena Empresa e indicação de diretrizes para Políticas Públicas em Economia Solidária.

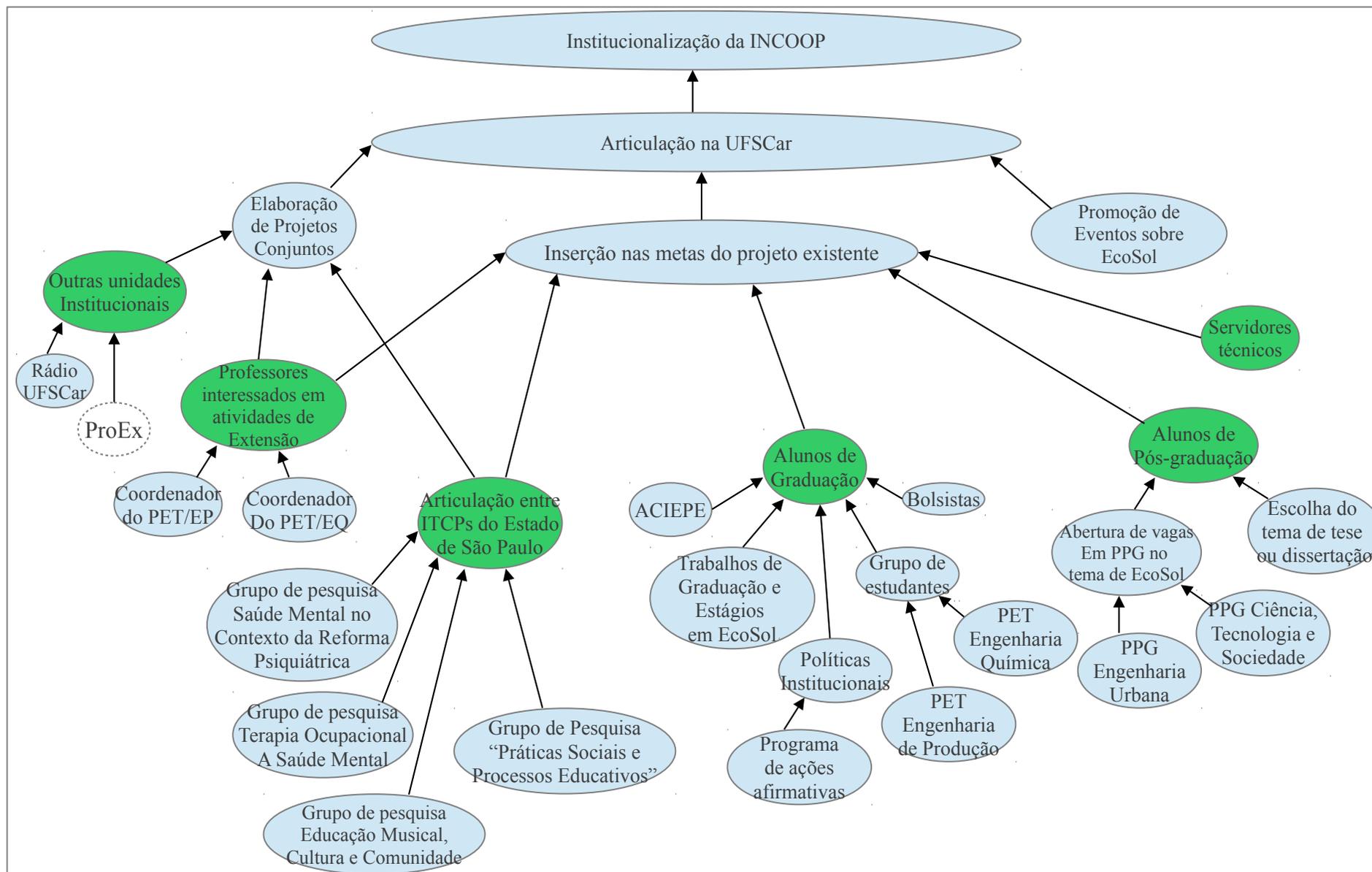
A parceria com as demais Secretarias Municipais contribuiu para: 1. realização de duas oficinas para educadoras de “Educação de Jovens e Adultos” (EJA) realizado em maio de 2009; 2. Cessão do Centro da Juventude, localizado no Bairro Monte Carlo, para realização de oficinas da horta comunitária e a para realização de Feiras de Troca Solidárias; 3. Aproximação com o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e com a Unidade Saúde da Família, ambos localizados no território.

Quanto à articulação com as Igrejas ocorreram ações pontuais na Paróquia Madre Cabrini a partir de palestra na Campanha da Fraternidade com o tema “Economia e Vida”, a divulgação do trabalho de produção do sabão, apoio na coleta de óleo e venda de sabão caseiro na paróquia. A pastoral social da Paróquia São Judas Tadeu contribuiu com a divulgação do trabalho de produção do sabão, apoio na coleta de óleo e venda na paróquia.

Com o Banco do Brasil (BB) foram estabelecidos projetos de Desenvolvimento Regional Sustentável, que consistem no fomento por parte do banco a cadeias produtivas de diversas naturezas. No entanto, não houve prosseguimento desta parceria com exceção da participação de um representante da agência do BB da UFSCar nas atividades relacionadas a cadeia produtiva da Limpeza.

Os pesquisadores e grupos de pesquisa da UFSCar articulados nesta experiência foram: 1. Programa de Educação Tutorial Engenharia Química; 2. Programa de Educação Tutorial Engenharia de Produção, 3. Grupo de Pesquisa "Saúde Mental no contexto da reforma psiquiátrica", 4. Grupo de Pesquisa 'Práticas Sociais e Processos Educativos', 5. Grupo de pesquisa "Terapia Ocupacional e Saúde Mental", 6. Grupo de pesquisa "Educação Musical, Cultural e Comunicação" 7. Grupo de pesquisa "Práticas Sociais e Processos Educativos".

A estratégia geral, implantada até meados de 2010, foi de promoção de condições facilitadoras para inserção de novos integrantes na INCOOP como docentes de vários departamentos, estudantes de graduação de diversos cursos, estudantes de pós-graduação de diversos programas de pós-graduação e de servidores técnicos. Utilizou-se também como estratégia geral a promoção de diversos tipos de eventos (oficinas, palestras, cursos, seminários, etc.) na UFSCar para divulgação das atividades da incubadora e aumento da compreensão das possíveis relações entre conceitos, princípios e experiências da Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento territorial e a contribuição da universidade (Ver Figura 6).



Fonte: Projeto FAPESP Fase II

Figura 6 – Estratégias gerais para articulação com os diferentes segmentos da UFSCar.

Para inserção de novos docentes na INCOOP foram realizadas as seguintes etapas: 1) identificação de potenciais professores interessados em atividades de extensão e; 2) identificação de grupos de pesquisa com ações em comunidades de baixa renda. 3) Identificação de grupo de estudantes motivados para atividades de extensão com preocupações sobre problemas sociais que possibilitou a aproximação de docentes do curso do aluno. Para aumentar a inserção de novos professores na INCOOP elaboraram-se projetos conjuntos entre pesquisadores e grupos de pesquisa para captação de recursos de pesquisa e atividades de extensão ou pela inserção dos novos professores.

Os alunos de graduação entram em processo de inserção na INCOOP a partir da disciplina “Atividade Curricular de Ensino Pesquisa e Extensão (ACIEPE): Cooperativismo Popular e Economia Solidária” que é oferecida todo semestre para alunos de graduação e pós-graduação. Outra possibilidade de inserção para alunos de graduação é através da escolha de tema de Trabalho de Graduação relacionado à Economia Solidária.

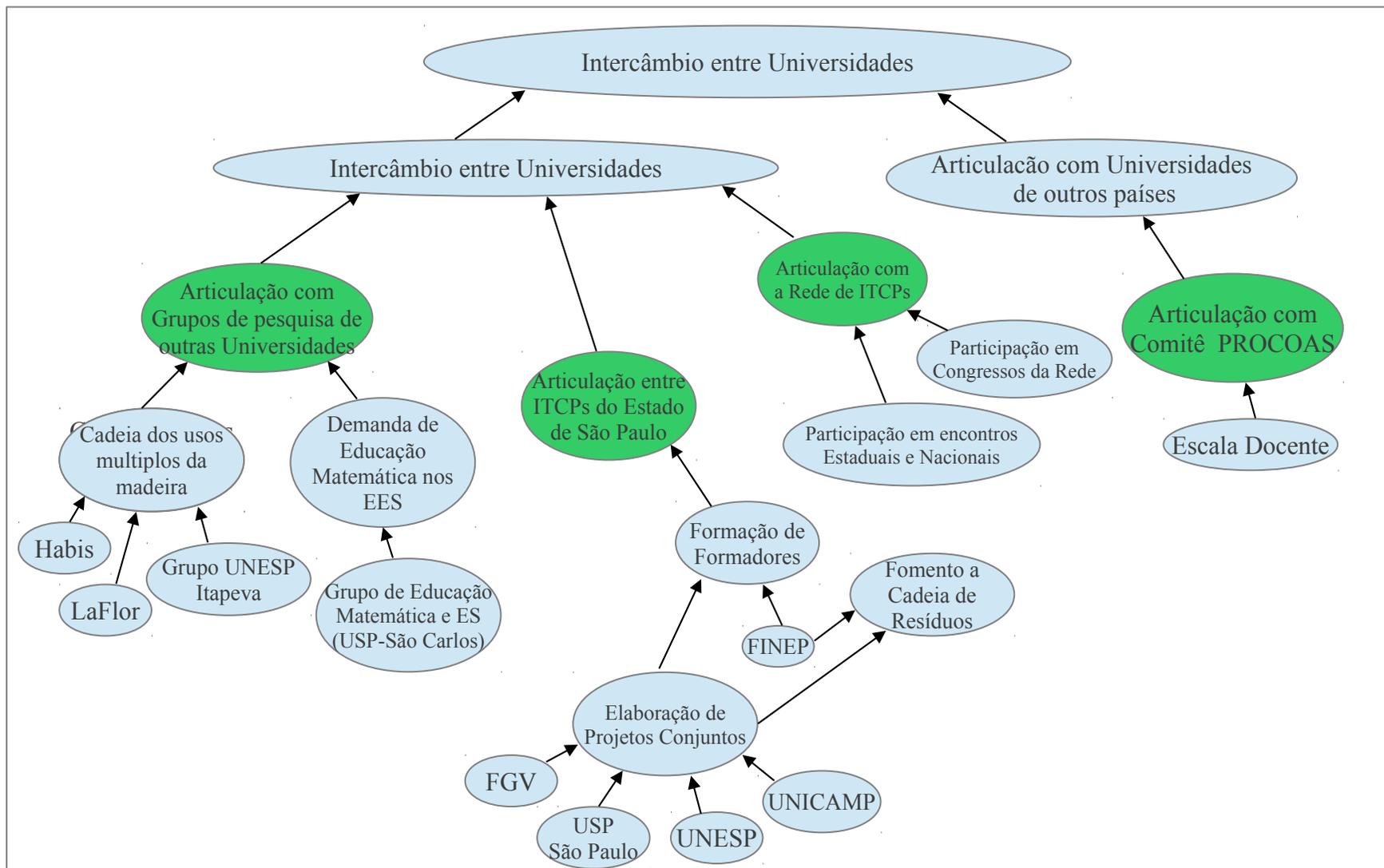
No caso dos alunos de pós-graduação o processo de inserção se dá de duas formas: 1) Escolha de tema para teses e dissertações em Economia Solidária e; 2) Abertura de vagas em programas de pós-graduação no tema de Economia Solidária como acontece com o Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana e o Programa de Pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade.

Outras unidades institucionais, como a Rádio/UFSCar e a ProExt são aproximadas da INCOOP pela elaboração de projetos conjuntos. Existem também ações no intuito de aproximar servidores técnicos da INCOOP que acontece pela inserção dos mesmos em metas do Projeto.

Os grupos de pesquisa e pesquisadores de outras Universidades articulados foram: 1. Grupo de Pesquisa HABIS Escola de Engenharia de São Carlos/USP e UFSCar, 2. Grupo de Pesquisa LaFlor USP/ESALQ – Piracicaba , UNESP/Itapeva; 3. Grupo de Pesquisa “Educação Matemática e Economia Solidária” da USP/São Carlos. 4. Pesquisador do Departamento de Engenharia Elétrica da EESC-USP.

As Estratégias gerais para articulação com outras Universidades estão sendo implantadas levando em conta: 1) Articulação com Grupos de Pesquisa de outras Universidades; 2) Articulação entre ITCPs do Estado de São Paulo; 3) Articulação com

a Rede Universitária de ITCs; 4) Articulação com Universidades de outros países (Ver Figura 7).



Fonte: Projeto FAPESP Fase II

Figura 7 –Estratégias gerais para articulação com outras Universidades.

A articulação com grupos de pesquisa levou em conta grupos com acúmulo em determinadas temáticas e demandas dos EES. Houve aproximação dos grupos de pesquisa HABIS, LaFlor e o outro grupo da UNESP de Itapeva por terem acúmulo na cadeia produtiva de Usos Múltiplos da Madeira. Outra aproximação foi com pesquisadores de etno-matemática da USP – São Carlos. Estes pesquisadores constituíram um grupo de pesquisa em Educação Matemática e Economia Solidária.

Outra estratégia adotada foi a articulação com ITCPs de outras universidades, como a ITCP da Universidade de São Paulo, da Universidade Estadual de Campinas, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” e da Fundação de Getúlio Vargas.

A INCOOP/UFSCar também tem como estratégia de articulação a participação na Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. Acontece por parte da INCOOP a participação nos diversos eventos (encontros regionais, encontros nacionais, congressos científicos) e a introdução na rede a discussão sobre EcoSol e Desenvolvimento Territorial para aumento da compreensão sobre o tema.

Outros direitos de cidadania

Em relação à estratégia geral de aumento do acesso a outros direitos de cidadania houve ações relacionadas a: 1. Educação matemática; 2. Ações de interferência educativa; 3. Ações educativas em saúde; 4. intervenções educacionais para discussão da questão de gênero e; 5. vivências em atividades de lazer.

Em relação à educação matemática foi realizado um diagnóstico que apontou o uso da matemática por parte dos membros da diretoria (números inteiros e decimais, operações, propriedades, percentual, regra de três e proporção) em diversos momentos e tipos de atividades (folhas de pagamento, controle do estoque, dosagem dos produtos de limpeza, nas transações bancárias, nos cálculos dos impostos, nas notas fiscais, nos processos de licitação). Ocorre grande dificuldade em fazer cálculos mentais o que gera dependência de calculadora, principalmente quando precisam fazer divisões tanto de inteiros quanto de decimais.

As ações de interferência educativa ocorreram na Escola Estadual “Dona Aracy Leite Pereira Lopes” e teve como público os jovens que revelaram defasagem quanto à apropriação da linguagem escrita levando-se em consideração o nível escolar em que se encontravam. Com a participação de vários graduandos em Letras as atividades se desenvolveram com dois grupos de alunos, um de quinta e sexta séries e outro com alunos de sétima e de oitava séries. Como atividades foram realizadas a elaboração e ensaio de uma peça teatral curta, a participação dos alunos em apresentações no teatro municipal de São Carlos, lançamento de um jornal escolar elaborado com a participação dos estudantes (alunos da escola e graduandos).

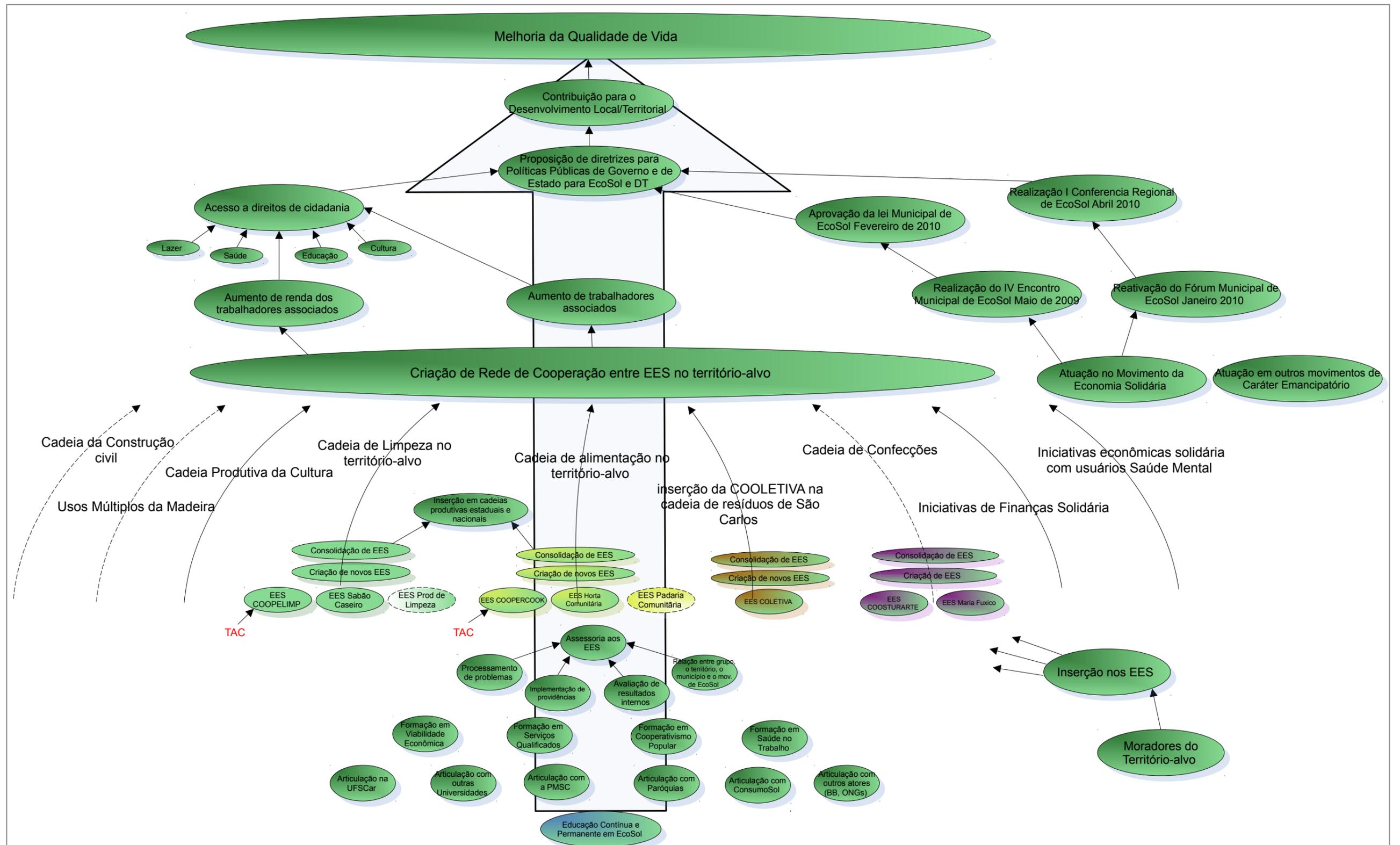
Em relação às ações educativas em saúde ocorreram atividades vinculadas ao Grupo de Horta Comunitária, à COOPERLIMP, à COOPERCOOK e houve um planejamento de grupos de estudos para consolidar um material teórico para fundamentar as atividades. Houve o envolvimento de alunas do Curso de Graduação em Enfermagem da UFSCar, que desenvolviam Projetos de Extensão e Treinamento e o envolvimento de profissionais da área de saúde que atuavam em Unidades de Saúde no território. Os estudos realizados foram “Saúde, cidadania e qualidade de vida: atuando com organizações populares”, "Segurança alimentar e nutricional, saúde, economia solidária e desenvolvimento territorial", "Alimentação, saúde, qualidade de vida, trabalho e cidadania: os empreendimentos solidários como espaços para formação profissional complementar" e "Qualidade de vida, saúde e trabalho: um estudo da produção científica de grupos de pesquisa em Enfermagem e Saúde Coletiva". Foram realizadas oficinas práticas abordando os temas: “trabalho em equipe”; “processo saúde-doença”; “direito à saúde-cidadania”; “planejamento familiar”; “alimentação saudável” e “Segurança Alimentar e Nutricional” com foco no EES COOPERLIMP. Membros deste EES tiveram a qualidade de vida em trabalho analisada e participaram de oficinas com os temas “Alimentação saudável”; “Mudanças de hábito”; “Alimentos funcionais e remédios naturais”, e “Segurança alimentar e nutricional”.

Quanto às intervenções educacionais para discussão da questão de gênero, com foco no EES COOPERLIMP, as atividades foram concentradas em reuniões de equipe para definição de metodologia, leituras e debates para definição da proposta de trabalho da equipe e definição da agenda para o desenvolvimento dos encontros com os membros das cooperativas, bem como a definição de quais membros iriam participar

dos encontros de gênero. Foram realizados diversos encontros, porém houve baixa adesão de membros que não são da diretoria da COOPERLIMP.

Em relação às vivências em atividades de lazer foram realizadas atividades de aproximação de pesquisadores do projeto “Vivências em Atividades Diversificadas de Lazer” com ações no território, participação no prêmio Nike Esporte Pela Mudança Social, organizado pela AlfaSol/UniSol. Houve a realização de atividades diversificadas de lazer: jogos, organização/representação de peças teatrais, debate de filmes, confecção de “jornalinhos”, leitura de livros e gibis, passeios em trilhas e em pontos culturais diversos.

Em relação às estratégias gerais previstas, com o andamento das atividades algumas estratégias foram sendo incorporadas ou modificadas. É possível observar na Figura 8 a explicitação das estratégias implementadas ao longo do ano de 2009.



Fonte: Relatório de Progresso FAPESP Fase II

Figura 8 - Estratégias da INCOOP em 2009.

Além das estratégias implementadas em relação ao protagonismo dos EES, de articulação com atores sociais e aumento de outros direitos de cidadania já descritos a Figura 8 explicita ações realizadas no movimento de Economia Solidária como a aprovação da lei municipal de economia solidária de São Carlos. Com o aumento da atuação no movimento da Economia Solidária por parte de diversos atores (EES, INCOOP, DAES) foi possível a realização do IV Encontro Municipal de Economia Solidária em maio de 2009. Neste evento foi proposta e enviada à câmara dos vereadores de São Carlos, o projeto de lei de Economia Solidária do município. Também houve a reativação do Fórum Municipal de Economia Solidária que ocorreu em janeiro de 2010 e que viabilizou a realização da I Conferência Regional de Economia Solidária em Abril de 2010.

A partir do aumento do acesso à formação e a assessoria aos diversos grupos incubados, aumenta-se a renda e o número de trabalhadores associados e aumenta-se o acesso aos direitos da cidadania (Lazer, Educação, Saúde e Cultura). Este aumento de acesso, a lei de Economia Solidária municipal, a retomada do Fórum Municipal de Economia Solidária e a realização da Conferência Regional contribuem para proposição de políticas públicas (de Governo e de Estado) de Economia Solidária. Com a política de Estado se espera que independentemente das próximas gestões governamentais a política se mantenha.

4. CONCLUSÃO

O desenvolvimento deste trabalho na busca pela investigação acerca das contribuições de uma incubadora universitária para inserção da EcoSol com eixo articulação de ações na perspectiva do Desenvolvimento Territorial sugere que as estratégias adotadas no estudo de caso investigado estão alinhadas com demais experiências e teorias relatadas no estado da arte, contudo ainda precisam evoluir a um estágio de maior protagonismos da população local, a qual deveria não só responder, mesmo que satisfatoriamente, aos estímulos e diretrizes de agentes externos de fomento e/ou representantes do poder público, mas demandar a colaboração destes agentes nas diretrizes por eles mesmos detectadas.

Se percebe com a experiência estudada uma aproximação cada vez maior entre a Economia Solidária e o Desenvolvimento Territorial, com a passagem da atuação da INCOOP apenas na incubação de EES para criação de novos EES, consolidação de cadeias produtivas, articulação com parceiros e fomento ao aumento de outros direitos de cidadania.

Destaca-se o fato de que não só este estágio de protagonismo requer uma leitura apurada da realidade que os cercam, como o desenvolvimento do empoderamento da população local, para que estes aprendam a ocupar as instâncias municipais, equipamentos públicos, dentre outros espaços de representatividade. Claro que no entanto não se deixa de observar os inúmeros obstáculos que surgiram pelo caminho dos EES.

Outro fato importante, foi o envolvimento de 6 secretarias municipais nas ações de EcoSol. Apesar da participação destas ter sido mais pontual, já é um avanço para o município de São Carlos a aproximação de outras representações do poder público, que não o Departamento de Economia Solidária, ao movimento de economia solidária. Isso possibilita ainda mais o apoio e abertura de proposições de políticas públicas que visem a EcoSol, bem como a melhoria da qualidade de vida da população historicamente excluída.

Por fim, conclui-se que este trabalho é o início da sistematização de uma experiência rica de EcoSol visando ao Desenvolvimento Territorial, que portanto deve

continuar a ser investigada, sobretudo porque parte dos seus resultados só poderão ser vistos no longo prazo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAM, S. **Riqueza das Nações: edição condensada**. Coleção Folha: livros que mudaram o mundo; v.4, 1ª ed: São Paulo, 2010
- AMARAL FILHO, J. Desenvolvimento Regional Endógeno: (Re)Construção de um Conceito, Reformulação das Estratégias. In: **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza: Editora ETENE, v.26, n.3, 1995. p. 325-346
- AMORIM, A. N. **Economia Solidária** – princípios e contradições. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Gaduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.
- ALBUQUERQUE, P. P. Autogestão. In: A. D. Cattani (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2002.
- BASSAN, D. S.; SIEDENBERG, D. R. Desenvolver busando a Redução das Desigualdades. In: Becker. D. F. e Wittmann M. L. (Orgs.). **Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.
- BAQUERO, M.; BAQUERO, R. Trazendo o cidadão para a arena pública: Capital Social e empoderamento na produção de uma democracia social na América Latina. **REDES**, v.12, n.1, abril de 2007, p.125-150. 2007.
- BECKER, B. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, B.; HAESBAERT, R.; SILVEIRA, C. (Org.). **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983. p.1-21.
- BERTUCCI, J. O. **A Economia Solidária do Pensamento Utópico ao Contexto Atual: um Estudo sobre Experiências em Belo Horizonte**. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas, UFMG, Belo Horizonte, 2005.
- BOISIER, S. Desarrollo (Local): ¿ De Qué Estamos Hablando ? In: O. Madoery e A. V. Barquero (Org.). **Transformaciones globales, Instituciones y Políticas de desarrollo local**. Rosario: Ed. Homo Sapiens, 2001.
- CAILLÉ, A. Sobre os conceitos de economia em geral, economia e solidariedade em particular. **Revue du MAUSS**, Paris: Editora La Découverte, 2003/01, n. 21, p. 215-236, 2003. Disponível em:<www.cairn.info/revue-du-mauss-2003-1-page-215.htm>. Acesso em: abr. de 2009.
- CAMPOS, S. E. A. et al. O lazer cotidiano do Jardim Gonzaga - São Carlos. In: XV Encontro Nacional de Recreação e Lazer - Lazer e Trabalho: Novos Significados na Sociedade Contemporânea, 2003, Santo André. **Anais...** Santo André: 2003.
- CORTEGOSO, A. L.; FERRAZ, J.F.; SHIMBO, I.; LUCAS, M.G. Evolução na atuação da Incubadora Regional de Cooperativas Populares da UFSCar em relação à economia solidária. In: DAL RI, N. M. (Org.). **Trabalho associado, economia**

solidária e mudança social na América Latina. São Paulo: Cultura Academica, 2010, p. 205-222.

CORTEGOSO, A. L. e SHIMBO, I. Empreendimentos solidários, universidades, movimentos sociais e gestores públicos: articulação de esforços na promoção da Economia Solidária no Brasil de hoje. In: **2ª Jornada Universitaria sobre Cooperativismo, Economía Solidaria y Procesos Asociativos.** Montevideo, 2005.

CRUZ, F. S. **Oficinas com perspectiva de Gênero.** São Carlos 2008. (Oficina)

DALLABRIA, V. R.; BECKER, D. F. Dinâmica Territorial do Desenvolvimento. In: Becker, D. F. e Wittmann M. L. (Orgs.). **Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

DEFOURNY, J. **Entrevista concedida a Noëlle Lechat pelo Diretor do Centre d'Études Sociales.** Liège, Bélgica, 15 jun. 2001

DOCAMPO, M. G. El desarrollo local en el marco de los procesos de globalización. In: M. G. Docampo (Org.). **Perpectivas Teóricas en Desarrollo Local.** La Coruña: netbiblo, 2007.

DOWBOR, L. **Democracia Econômica: Um passeio pelas teorias.** São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://dowbor.org/principais-livros/>>. Acesso em: mai. de 2009.

DUBEUX, A. O papel das universidades na construção da Economia Solidária no Brasil. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro: Editora FASE, n. 111, 2007. Disponível em: http://www.fase.org.br/v2/admin/anexos/acervo/1_anadubeux.pdf. Acesso em: mar. de 2009.

FERRAZ, F. J. **Economia Solidária e Desenvolvimento Local nos Programas do Governo Federal No Período 2004-2007.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

FRANÇA FILHO, G. C. D. Teoria e Prática em Economia Solidária. Problemática, Desafios e Vocação. **Civitas-Revista de Ciências Sociais.** 7: 155-174 p. 2007.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Publicação de Apresentação.** Brasília 2003.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADE PÚBLICAS BRASILEIRAS (1-3:1987-1989). **Documentos Finais.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1990.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GAIGER, L. I. G. A Economia Solidária diante do Modo de Produção Capitalista. **Caderno CRH**, v.39, p.181-211. 2003.

_____. **Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2004A

_____. A Racionalidade dos Formatos Produtivos Autogestionários. **Revista Sociedade e Estado**, v.21, n.2, p.513-545. 2006.

GOMES, F. P., KLEIN, M. J., *et al.* Introdução a Economia Solidária. Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes): Ministério do Trabalho e Emprego - M.T.E. 2002.

GUÉLIN, A. **L'invention de l'économie sociale**. Paris: Economica. 1998.

HESPANHA, P. Mal-estar e risco social num mundo globalizado: novos problemas e novos desafios para a teoria social. In: B. D. Souza Santos (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

HOLANDA, V. B. e RICCIO, E. L. **A Utilização da pesquisa ação para perceber e implementar sistemas de informação empresariais**. 13th Asian Pacific Conference On International Accounting Issues. Rio de Janeiro, RJ, 2001. 16 p.

INCUBADORA REGIONAL DE COOPERATIVAS POPULARES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. WebSite. Disponível em: <http://www.incoop.ufscar.br/>. Acesso em: outubro de 2009.

IASKO, E. L. S. O que é Economia Solidária? In: S. S. S. Bergonsi e G. B. D. Lacerda (Org.). **Cooperativismo, Economia Solidária e Inclusão Social: Métodos e Abordagens**. Curitiba: PROEC-UFPR, 2007.

JUVENAL, T. L. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. **Revista do BNDES**, v.13, n.26, p.115-138. 2006.

KIRSCH, R. **Incubação de Empreendimentos da Economia Solidária e as Implicações das Relações de Reciprocidade**. (Mestrado e Sociologia). Departamento de Sociologia, UNB, Brasília, 2007.

LAVILLE, J. L. **L'économie solidaire**. Paris: Desclée de Brouwer. 1994

LAVILLE, J. L. e ROUSTANG, G. L'enjeu d'un partenariat entre État et société civile. In: J. D. E. Al (Org.). **Economie sociale au Nord et au Sud**. Bruxelles. Deboeck, 1999.

LECHAT, N. M. P. Economia social, economia solidária, terceiro setor: Do que se trata?. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v.Ano 2, n.1. 2002.

LEUGI, G. B.; CORTEGOSO, A. L. Práticas de consumo e economia solidária: caracterização de comportamentos e contingências. In: 3o. Seminário Acadêmico Internacional PROCOAS - Trabalho associado, economia solidária e mudança social na América Latina, 2007, Marília. **Anais...**, Marília, 2007.

MANCE, E. A. **A revolução das redes: A colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, 220p.

MANCE, E. A. A revolução das redes de Colaboração Solidária. In: **Encontro Internacional de Ecônomas Salesianas.** Sevilha, 2005. Disponível em: <http://solidariusitalia.net/mance/biblioteca/A_Revolucao_das_Redde_de_Colaboracao_Solidaria.pdf>. Acesso em: abr. de 2009.

MANCUSO, M. I. **Diagnóstico sócio-econômico e habitacional em uma área de intervenção em São Carlos.** Núcleo de Pesquisa e Documentação “Prof. Dr. José Albertino R. Rodrigues”, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2002.

MOTTA, E. S. M. G. **Trajetórias e transformações no mundo da Economia Solidária/ Eugênia de Souza.** Tese (doutorado) - UFRJ/ Museu Nacional/ Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Rio de Janeiro, 2010.

MOITA, F. M. G. S. C.; ANDRADE, F. C. B. A Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: o caso do estágio de docência na pós-graduação. In: **Olhar de Professor**. Ponta Grossa: Editora da UEPG, v.8, n.2, 2005. p. 77-92

NOGUEIRA, M. D. P. Extensão Universitária no Brasil: uma Revisão Conceitual. In: FARIA, Doris Santos de (org). **Construção Conceitual da Extensão na América Latina.** Brasília. Editora UNB, 2001.

OLIVEIRA, B. A. M. O. **As cooperativas populares e seus desafios, limites e possibilidades:** casos de cooperativas da cidade do Rio de Janeiro. 2006. 245 p Tese (Doutorado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade)-Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2006.

SÃO CARLOS. Prefeitura Municipal de São Carlos: Portão do Cidadão Disponível em: <<http://www.saocarlos.sp.gov.br>>. Acesso em: maio de 2008.

RAZETO, L. “Economia de solidariedade e organização popular”. In: GADOTTI, M. e GUTIERREZ, F. (Orgs). Educação comunitária e economia popular. São Paulo: Cortez, 1993. pp. 34-58.

RUTOWSKI, J. E. **Sustentabilidade de Empreendimentos Econômicos Solidários – uma abordagem na Engenharia de Produção.** Tese (Doutorado em Engenharia de Produção), UFRJ/COPPE, Rio de Janeiro, 2007. 239 p.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção.** 4. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos; 1)

SANTOS M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI.** 5. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2003

SEADE. **Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados**. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfil.php>>. Acesso em outubro de 2008.

SERRANO R. M. S. M., **Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo freire**. Grupo de pesquisa em extensão popular. Disponível em: http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos_de_extensao_universitaria.pdf Acesso em: Agosto de 2010

SIEDENBERG, D. R. Desenvolvimento: Ambigüidades de um Conceito Difuso. In: **Desenvolvimento em Questão**, janeiro-junho, vol. 2, n. 3. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí, 2004. pp. 9-26

SIEDENBERG, D. R. A Gestão do Desenvolvimento: ações entre a realidade e a utopia. In: D. F. Becker e M. L. Wittmann (Org.). **Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

SILVA JR, J. R.; SGUISSARDI, V. **Novas faces da educação superior no Brasil: Reforma do Estado e mudança na produção**. 2. Ed. Ver. – São Paulo: Cortez; Bragança Paulista, SP: USF-IFAN, 2001.

SINGER, P. I. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. I. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. **Estudos Avançados**, v.18, n.51. 2004.

_____. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Perseu Abramo. 2006

VASCONCELOS, E. **O poder que brota da dor e da opressão: empowerment, sua história, teorias e estratégias**. Rio de Janeiro: Paulus. 2004

VASCONCELOS, M. C. A. **Além da geração de trabalho e renda: Economia Solidária e participação de cooperados/associados em Sergipe**. Tese (Doutorado em Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. 241 p.

VIEIRA, M. M. Políticas Públicas E Economia Solidária: uma análise da parceria entre o governo municipal e as iniciativas populares solidárias. In: III SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 2008, Londrina. **Anais...** 2008.

TEIA-CASA DE CRIAÇÃO; ACQUAVIT. **Projeto Água Quente. Relatório Técnico de Execução 1º-2º trimestres**. São Carlos: Petrobras - Programa Petrobras Ambiental, 2005a.

TONISSI, R. M. T. **Percepção e caracterização ambientais da área verde da microbacia do córrego da água quente (São Carlos, SP) como etapas de um processo de educação ambiental**. Dissertação (Doutorado) EESC, Universidade de São Carlos, São Carlos, 2005.